



# Assembleia Geral

Dist.: Geral 13  
de abril de 2023

Original: inglês

## Conselho de Direitos Humanos

Quinquagésima terceira sessão

19 de junho a 14 de julho de 2023

Item 3 da ordem do dia

**Promoção e proteção de todos os direitos humanos,  
direitos civis, políticos, econômicos, sociais e  
culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento**

### **Custódia, violência contra a mulher e violência contra a criança**

**Relatório do Relator Especial sobre violência contra mulheres e meninas, suas causas e consequências, Reem Alsalem**

#### *Resumo*

O presente relatório do Relator Especial sobre a violência contra mulheres e meninas, suas causas e consequências, Reem Alsalem, é submetido ao Conselho de Direitos Humanos de acordo com a resolução 50/7. O relatório aborda a ligação entre casos de custódia, violência contra a mulher e violência contra a criança, com foco no uso abusivo do termo "alienação parental" e pseudoconceitos semelhantes.



## I. Introdução

1. O presente relatório do Relator Especial sobre violência contra mulheres e meninas, suas causas e consequências, Reem Alsalem, é apresentado de acordo com a resolução 50/7 do Conselho de Direitos Humanos. O Relator Especial, juntamente com os outros membros da Plataforma de Mecanismos de Especialistas Independentes sobre a Eliminação da Discriminação e da Violência contra as Mulheres, expressou preocupação com o padrão de ignorar a violência praticada pelo parceiro íntimo contra as mulheres na determinação de casos de custódia infantil em todas as <sup>1</sup> ~~países~~ <sup>países</sup>. levantou preocupações específicas ao Brasil<sup>2</sup> e à Espanha,<sup>3</sup> o Relator Especial recebeu relatórios de casos de países onde tal violência foi ignorada e onde as mães que fizeram tais alegações foram penalizadas pela aplicação da lei e/ou pelo judiciário responsável por determinar os casos de custódia. A tendência de descartar o histórico de violência doméstica e abuso em casos de custódia se estende a casos em que as próprias mães e/ou crianças apresentaram alegações confiáveis de abuso físico ou sexual. Em vários países, os tribunais de família tendem a julgar essas alegações como esforços deliberados das mães para manipular seus filhos e separá-los de seus pais. Este suposto esforço de um pai alegando abuso é frequentemente denominado "alienação parental".
2. O relatório examina as maneiras pelas quais os tribunais de família em diferentes regiões se referem a "alienação parental" ou pseudoconceitos semelhantes em casos de custódia, ignorando histórias de violência doméstica, que podem levar à dupla vitimização das vítimas de tal violência. O relatório também oferece recomendações aos Estados e outras partes interessadas sobre como lidar com a situação.
3. Ao preparar o relatório, o Relator Especial buscou contribuições dos Estados Membros, organizações internacionais e regionais, organizações não-governamentais, academia e vítimas, e realizou uma série de consultas online com partes interessadas e especialistas. O Relator Especial recebeu mais de mil submissões, das quais um grande número foi duplicado de submissões individuais, particularmente de organizações de pais. A maioria das submissões foi recebida do grupo da Europa Ocidental e outros, seguido pelo grupo da América Latina e Caribe, e a maioria abordou questões sistêmicas e o impacto da alienação parental.

## II. Atividades realizadas pelo Relator Especial

4. A Relatora Especial continuou a colaborar estreitamente com a Plataforma de Mecanismos de Peritos Independentes para a Eliminação da Discriminação e da Violência contra as Mulheres, contribuindo para o seu primeiro relatório temático sobre a dimensão digital da violência contra mulheres.
5. Em 4 de outubro de 2022, o Relator Especial apresentou o relatório sobre o nexo entre a crise climática, a degradação ambiental e o deslocamento relacionado e a violência contra mulheres e meninas à Assembleia Geral.<sup>4</sup>
6. Em 22 de fevereiro de 2023, o Relator Especial participou de uma discussão organizada pelo Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres em sua octogésima quarta sessão sobre a representação igualitária e inclusiva das mulheres nos sistemas de tomada de decisão.
7. Em 6 de março de 2023, o Relator Especial fez uma declaração na reunião de abertura da sexagésima sétima sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher em Nova York e participou do painel interativo de especialistas sobre o tema prioritário da sessão.

---

1 AL BRA 10/2022 e AL ESP 3/2020. Estas e todas as comunicações subsequentes estão disponíveis em <https://spcommreports.ohchr.org/Tmsearch/TMDocuments>. Ver também a declaração conjunta da Plataforma de Mecanismos de Peritos Independentes sobre a Eliminação da Discriminação e da Violência contra as Mulheres, 31 de maio de 2019, disponível em <https://rm.coe.int/final-statement-vaw-and-custody/168094d880>.

2 AL BRA 10/2022.

3 AL ESP 3/2020 e AL ESP 6/2021.

4A /77/136.

8. A Relatora Especial realizou duas visitas a países em 2022, uma a Türkiye, de 18 a 27 de julho e outra à Líbia, de 14 a 21 de dezembro de 2022.<sup>6</sup> Em 2023, ela visitou a Polônia de 27 de fevereiro a 9 de março.

### III. Definição e uso do pseudoconceito de “alienação parental”

9. Não existe uma definição clínica ou científica comumente aceita de “alienação parental”. Em linhas gerais, entende-se por alienação parental os atos deliberados ou involuntários que provocam rejeição injustificada do filho a um dos genitores, geralmente o pai.<sup>7</sup>

10. O pseudoconceito de alienação parental foi cunhado por Richard Gardner, um psicólogo, que afirmou que crianças que alegam abuso sexual durante divórcios de alto conflito sofrem de “síndrome de alienação parental” causada por mães que levaram seus filhos a acreditar que foram abusados por seus pais e levantar alegações de abuso contra eles.<sup>8</sup> Ele recomendou remédios draconianos para lidar com a síndrome, incluindo um corte total da mãe para “desprogramar” a criança.<sup>9</sup> Argumentou-se que quanto mais crianças rejeitaram o relacionamento com os pais, mais evidências da síndrome alienadora foram observadas.

11. A teoria de Gardner foi criticada por sua falta de base empírica, por suas afirmações problemáticas sobre abuso sexual e por reformular as alegações de abuso como falsas ferramentas para alienação, o que, em alguns casos, dissuadiu avaliadores e tribunais de avaliar se o abuso realmente ocorreu.<sup>10</sup> Foi descartada por associações médicas, psiquiátricas e psicológicas e, em 2020, foi retirada da Classificação Internacional de Doenças pela Organização Mundial da Saúde. No entanto, ganhou força considerável e tem sido amplamente utilizado para negar alegações de abuso doméstico e sexual nos sistemas de tribunais de família em escala global.<sup>11</sup>

## 4. Alienação parental e sua relação com a violência doméstica

### A. Invocando a alienação parental como uma extensão da violência doméstica

12. A violência doméstica é uma das violações mais graves e difundidas dos direitos humanos, especialmente porque afeta mulheres e meninas. Embora os homens também possam ser vítimas de violência doméstica, as mulheres correm um risco muito maior e a dinâmica do abuso é diferente para os homens.<sup>12</sup>

---

<sup>5</sup> [A/HRC/53/36/Add.1](#).

<sup>6</sup> [A/HRC/53/36/Add.2](#).

<sup>7</sup> A. Barnett, “Uma genealogia da hostilidade: alienação parental na Inglaterra e no País de Gales”, *Journal of Social Bem-Estar e Direito de Família*, vol. 42, nº 1 (2020), pp. 18–29.

<sup>8</sup> Richard A. Gardner, *The Parental Alienation Syndrome: A Guide for Mental Health and Legal Professionals* (Creative Therapeutics, Cresskill, New Jersey, 1992) e *Acusações Verdadeiras e Falsas de Abuso Sexual Infantil* (Creative Therapeutics, Cresskill, New Jersey, 1992).

<sup>9</sup> Richard A. Gardner, *A Síndrome de Alienação Parental e a Diferenciação entre e Genuine Sexual Abuse* (Creative Therapeutics, Cresskill, New Jersey, 1987), pp. 225–230 e pp. 240–242.

<sup>10</sup> Joan S. Meier, “Resultados de custódia de crianças nos EUA em casos envolvendo alienação parental e alegações de abuso: o que os dados mostram?”, *Journal of Social Welfare and Family Law*, vol. 42, nº 1 (2020), pp. 92–105.

<sup>11</sup> *Ibid.*; ver também Linda C. Neilson, *Parental Alienation Empirical Analysis: Child Best Interests or Parental Rights?* (FREDA Centre for Research on Violence Against Women and Children, Vancouver, Canadá, 2018); Jenny Birchall e Shazia Choudhry, *E quanto ao meu direito de não ser abusado: abuso doméstico, direitos humanos e tribunais de família* (Federação de ajuda feminina da Inglaterra, Bristol, 2018).

<sup>12</sup> Marianne Hester, “Quem faz o quê a quem? perpetradores de gênero e violência doméstica em registros policiais ingleses”, *European Journal of Criminology*, vol. 10, nº 5 (2013), pp. 623–663.

Dada a prevalência de violência doméstica em relacionamentos íntimos,<sup>13</sup> a separação de um perpetrador também pode ser um período altamente perigoso para a vítima.<sup>14</sup> Alegações de violência doméstica tendem a receber escrutínio insuficiente por tribunais<sup>15</sup> e desencadeiam suposições problemáticas, por exemplo, que causa pouco dano à mãe ou à criança e que cesse com a separação.<sup>16</sup> As consequências da violência doméstica e seus efeitos sobre as crianças também são mal compreendidas e subestimadas pelos juízes,<sup>17</sup> que tendem a priorizar e facilitar o contato com os pais. Ao fazer isso, os juízes falham em seu dever de proteger as crianças de danos,<sup>18</sup> dando aos pais abusivos acesso não supervisionado a seus filhos, inclusive nos casos em que os juízes concluíram que ocorreu violência física e/ou sexual.<sup>19</sup>

13. Quando os juízes reconhecem a ocorrência de violência doméstica, eles podem considerá-la histórica, presumindo que seja no passado.<sup>20</sup> Pesquisas<sup>21</sup> e documentos recebidos demonstram que os perpetradores de violência doméstica também podem fazer uso indevido de processos de direito de família para continuar a perpetrar violência contra suas vítimas, resultando em traumatização secundária. Nesse contexto, a alienação parental pode ser empregada como uma tática útil. Uma análise empírica de casos de alienação parental no Canadá realizada em 2018 descobriu que, de 357 casos, 41,5% envolviam alegações de abuso doméstico ou infantil, dos quais 76,8% incluíam alegações de alienação apresentadas pelo suposto perpetrador.

23 Em outro estudo, a alienação parental foi mencionada em todos os 20 casos estudados no contexto de controle coercitivo e abuso sexual infantil e, mesmo quando não foi explicitamente usada, as ideias subjacentes ainda estavam presentes.<sup>24</sup>

14. O uso da alienação parental é altamente baseado no gênero<sup>25</sup> e frequentemente usado contra as mães.<sup>26</sup> Um estudo no Brasil descobriu que as mulheres foram acusadas de alienação parental em 66 por cento dos casos, em oposição a 17 por cento dos casos em que um homem foi acusado, e os homens fizeram mais acusações infundadas do que as mulheres.<sup>27</sup> Na Itália, a acusação também foi predominantemente usada contra as mães.<sup>28</sup>

<sup>13</sup> Segundo estimativas globais do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, mais da metade dos homicídios de mulheres e meninas em 2021 foram cometidos por parceiros íntimos ou familiares.

<sup>14</sup> Lynne Harné, *Paternidade Violenta e os Riscos para as Crianças: A Necessidade de Mudança*, (Bristol University Press, Policy Press, 2011). Veja também a submissão de Patricia Fernández.

<sup>15</sup> Linda C. Neilson, *Abuso conjugal, crianças e o sistema jurídico*, relatório final para a Ordem dos Advogados do Canadá Associação (Lei para o Fundo de Futuros, Universidade de New Brunswick, 2001).

<sup>16</sup> Susan B. Boyd e Ruben Lindy, "Violência contra as mulheres e o BC Family Law Act: jurisprudência inicial", *Canadian Family Law Quarterly*, vol. 35, nº 2 (2016), pp. 136–137. Veja também a submissão da NANE Women's Rights Association.

<sup>17</sup> Donna Martinson e Margaret Jackson, "Violência familiar e papéis judiciais em evolução: juízes como guardiões da igualdade em casos de direito de família", *Canadian Journal of Family Law*, vol. 30, nº 1 (2017), p. 11.

<sup>18</sup> Adrienne Barnett, "Contato a todo custo? Violência doméstica e bem-estar infantil", *Child and Family Law Quarterly*, vol. 26 (2014), pp. 439–462; ver também J. Birchall e S. Choudhry, *What About My Right to Be Abused*.

<sup>19</sup> Yvonne Woodhead e outros, "Decisões dos juízes do tribunal de família em relação aos arranjos de cuidados pós-separação para crianças pequenas", *Psiquiatria, Psicologia e Direito*, vol. 22, nº 4 (2015), p. 52.

<sup>20</sup> Susan B. Boyd e Ruben Lindy, "Violência contra as mulheres e o BC Family Law Act".

<sup>21</sup> Daniel George Saunders e Katherine H. Oglesby, "No way to turn: Traps found by many mulheres espancadas com experiências negativas de custódia dos filhos", *Journal of Child Custody*, vol. 13, nº 2–3 (2016), pp. 154–177; Lynne Harné, *Paternidade Violenta e os Riscos para as Crianças*.

<sup>22</sup> Envio do Coletivo Backbone.

<sup>23</sup> LC Neilson, *Abuso conjugal, crianças e o sistema legal*.

<sup>24</sup> Pierre-Guillaume-Prigent e Gwénola Sueur, «À qui profite la pseudo-théorie de l'aliénation parentale?», *Délibérée*, vol. 9 (2020), pp. 57–62.

<sup>25</sup> E. Sheehy e SB Boyd, "Penalizando o medo das mulheres: violência por parceiro íntimo e alienação parental em casos canadenses de custódia de crianças", *Journal of Social Welfare and Family Law*, vol. 42, nº 1 (2020), pp. 80–91. Veja também as submissões da Organização Nacional de Pesquisa para a Segurança da Mulher da Austrália e da Associação Nacional de Mulheres e da Lei.

<sup>26</sup> Envio de Diferença Donna.

<sup>27</sup> Paula Inez Cunha Gomide e outros, "Análise das propriedades psicométricas de um escala de alienação", *Paidéia*, vol. 26, nº 65 (2016), pp. 291–298.

<sup>28</sup> Envio de Diferença Donna.

15. Comum ao uso de gênero da alienação parental é a descrição das mães como vingativas e delirantes por seus parceiros, tribunais e testemunhas especializadas.<sup>29</sup> As mães que se opõem ou procuram restringir o contato ou levantar preocupações são amplamente consideradas pelos avaliadores como obstrutivas ou maliciosas, <sup>30</sup> refletindo o padrão generalizado de culpar a mãe.<sup>31</sup>

16. As alegações da mãe alienando a criança são frequentemente usadas para demonstrar que conceder a custódia à mãe não é do melhor interesse da criança, pois ela não facilitará o contato com o pai.<sup>32</sup> Conforme observado em várias petições,<sup>33</sup> doméstica a violência e a alienação parental são muitas vezes confundidas nos sistemas de direito de família, em detrimento das vítimas da violência. As mães protetoras são colocadas em uma posição odiosa, na qual insistir em apresentar evidências de violência doméstica ou abuso infantil pode ser visto como uma tentativa de afastar os filhos do outro genitor, o que pode resultar na perda dos cuidados primários ou do contato com os filhos.<sup>34</sup>

17. O uso da alienação parental tende a se tornar uma profecia autorrealizável. Assim que os pais são julgados como “alienadores”, “implacáveis” ou “não-ouvintes”, suas ações ou inação podem ser prejudicadas.<sup>35</sup> Como resultado, as denúncias de violência doméstica permanecem marginalizadas como uma ocorrência única. <sup>36</sup> Isso reduz a violência doméstica a um conflito menor e estigmatiza e patologiza mulheres e crianças.<sup>37</sup>

18. As consequências de decisões de custódia tendenciosas podem ser catastróficas, resultando em incidentes específicos quando o contato foi concedido a pais com histórico violento,<sup>38</sup> na morte de crianças e mulheres e crianças sob a mira de uma arma.<sup>39</sup> Em alguns casos, as mulheres têm sido preso por violar os direitos de custódia e ordens de restrição de proteção foram revogadas.<sup>40</sup>

19. A alienação parental pode ter um impacto significativo nos resultados da custódia. Nos Estados Unidos da América, dados mostram que as taxas de perdas de guarda entre mães e pais diferem significativamente, dependendo de qual dos genitores alega a alienação. Quando um pai alegou alienação por parte da mãe, seus direitos de custódia foram removidos em 44% das vezes. Quando a situação se inverteu, as mães obtiveram a custódia dos pais apenas 28% das vezes. Assim, quando a alienação é acusada, as mães tiveram duas vezes mais chances de perder a custódia em comparação aos pais. Isso levou a uma estimativa anual de 58.000 crianças nos Estados Unidos sendo colocadas em ambientes domésticos perigosos.<sup>41</sup> Na Nova Zelândia, uma pesquisa demonstrou que 55 a 62 por cento das mães relataram ter sido acusadas de alienação parental, muitas vezes desviando a atenção dos tribunais de alegações legítimas de abuso.<sup>42</sup>

---

<sup>29</sup> Adrienne Barnett, “Maior que a mera soma de suas partes: controle coercitivo e a questão da proof”, *Child and Family Law Quarterly*, vol. 29, nº 4 (2017), pp. 379–400.

<sup>30</sup> Veja J. Birchall e S. Choudhry, *E sobre meu direito de não ser abusado*; veja também A. Barnett, “Contato a todo custo? (2014) e “Maior que a mera soma de suas partes” (2017).

<sup>31</sup> Patrícia Romito, *Um Silêncio Ensurdecedor: Violência Oculta contra Mulheres e Crianças* (Bristol, Bristol University Press, 2008).

<sup>32</sup> Declaração conjunta da Plataforma de Mecanismos de Peritos Independentes.

<sup>33</sup> Submissões do Victims' Commissioner of the Greater London Authority e do SHERA Grupo de pesquisa.

<sup>34</sup> LC Neilson, *Análise Empírica da Alienação Parental*.

<sup>35</sup> Briony Palmer, “Criamos um monstro? Litígios intratáveis de contacto e alienação parental em contexto”, *Semana do Direito da Família, Associação para a Parentalidade Partilhada* (2017).

<sup>36</sup> Zoe Rathus, “Uma história do uso do pseudoconceito de alienação parental no sistema de direito de família australiano: contradições, colisões e suas consequências”, *Journal of Social Welfare and Family Law*, vol. 42, nº 1 (2020), pp. 5–17.

<sup>37</sup> PG . Prigent e G. Sueur «À qui profite la pseudo-théorie de l'aliénation parentale?».

<sup>38</sup> Submissões de Mamy MówiŃ DOŃy e Women's Aid Federation of England.

<sup>39</sup> Envio de *Mor ÇatŃy KadŃn SŃyŃnaŃyŃ VakŃy*.

<sup>40</sup> Submissão de *Lifán ofbeldis*.

<sup>41</sup> Joan S. Meier e Sean Dickson, “Mapeando gênero: derramando luz empírica sobre o tratamento dos tribunais de família em casos envolvendo abuso e alienação”, *Minnesota Journal of Law & Inequality*, vol. 35, nº 2 (2017), pp. 311–334.

<sup>42</sup> Envio do Coletivo Backbone.

## B. Táticas para superar as acusações de violência doméstica

20. Existem inúmeras maneiras pelas quais as alegações de violência doméstica são marginalizadas e deslegitimadas ao invocar a alienação parental:

(a) Ignorando o histórico de violência doméstica contra mães e filhos em decisões de custódia e direitos de visita, conforme evidenciado em países como Dinamarca, Itália<sup>44</sup> e Ucrânia.<sup>45</sup> Na Itália, foi identificada a invisibilidade da violência doméstica e de gênero em tribunais civis<sup>46</sup> e um relatório de 2022 constatou que em 96% das separações envolvendo violência doméstica, os tribunais não consideraram a violência como sendo relevante para a guarda dos filhos.<sup>47</sup> Em alguns países, o ato de descartar a violência doméstica é possibilitado pelo fato de que não há exigência legal para que os tribunais examinem o histórico de violência, como é o caso na Hungria;<sup>48</sup>

(b) Os esforços para escrutinar a violência doméstica não são ativamente realizados. Em 2017, uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Brasil encontrou uma correlação entre alienação parental, violência doméstica e abuso sexual. No entanto, advogados e especialistas que defendem a alienação parental fizeram lobby para garantir que nenhuma medida fosse tomada para proteger as vítimas;

(c) Apesar de um histórico de violência doméstica, os tribunais invocaram o pseudoconceito de alienação parental ou culpavam as mães por isolar propositalmente os filhos de seus pais, mesmo quando a segurança da mãe ou da criança estava em risco. Isso foi mencionado em submissões recebidas de entidades na Irlanda,<sup>49</sup> Israel,<sup>50</sup> Türkiye<sup>51</sup> e Ucrânia;<sup>52</sup>

(d) De acordo com uma denúncia recebida do Japão, mesmo em casos em que a violência doméstica foi reconhecida, as mães foram acusadas de serem egoístas por não suportar abusos, sacrificando-se pelo bem de seus filhos.<sup>53</sup>

21. Ao ignorar ou menosprezar a violência doméstica em uma família, os tribunais falham em reconhecer a questão em suas decisões, apresentando assim a violência doméstica como uma exceção e não a norma em casos de alienação parental.

## V. Impacto da alienação parental no melhor interesse da criança

22. No contexto da violência doméstica, existe o dever de ouvir e responder aos relatos de violência das crianças, no sentido de validar essas experiências, garantir que as decisões sejam mais bem informadas e que sejam promovidas a segurança e o bem-estar da criança.<sup>54</sup> No entanto, a pesquisa demonstra que as opiniões das crianças são integradas seletivamente, dependendo se estão de acordo com a tendência predominante de “pró-contato” para ambos os pais,<sup>55</sup> como na Croácia.<sup>56</sup>

23. Quando as decisões de custódia são tomadas em favor do genitor que alega estar alienado sem considerar suficientemente as opiniões da criança, a resiliência da criança é prejudicada e a criança continua exposta a danos duradouros. Também pode cortar o estável e seguro

43 Submissão por *Landsorganisation af Kvindekrisecentre*.

44 Submissões de Donne em Rete contro la violenza e Pangea Foundation Onlus.

45 Envio do Centro Perspectivas das Mulheres.

46 Senado da Itália, Comissão Parlamentar (Doc. XXII-BIS, n. 4).

47 Ibid. (Doc. XXII-BIS, n. 10).

48 Submissão da Associação de Direitos da Mulher NANE.

49 Submissão da Women's Aid Ireland.

50 Submissão do Centro Rackman para o Avanço do Status da Mulher.

51 Envio de Cemre Topal.

52 Envio do Centro Perspectivas das Mulheres e Direitos Humanos na Democracia Centro.

53 Envio de Minato Sogo Law Office, Japão.

54 Gillian S. MacDonald, “Ouvindo vozes de crianças? Incluindo as perspectivas das crianças sobre seus experiências de violência doméstica em relatórios de bem-estar preparados para os tribunais ingleses em processos privados de direito de família”, *Child Abuse and Neglect*, vol. 65 (2017), pp. 1–13.

55 Louise Caffrey, “Ouvir a ‘voz da criança’? The role of child contact centers in the family justice system”, *Child and Family Law Quarterly*, vol. 25, nº 4 (2013), pp. 357–379; GS Macdonald, “Ouvindo vozes de crianças?”.

56 Envio da Casa Autônoma das Mulheres Zagreb.

vínculo com o cuidador principal não abusivo. 57 Submissões da Austrália, Brasil,<sup>60</sup> <sup>58</sup> Áustria, <sup>59</sup> Colômbia,<sup>61</sup> Alemanha<sup>62</sup> e Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte<sup>63</sup> relatam casos em que crianças foram retiradas do cuidador principal e obrigadas a residir com o genitor perpetrador, a quem eles resistem. Além disso, as observações observaram como os serviços policiais de proteção à criança executaram ordens de acesso e custódia em casos em que a criança claramente não desejava obedecer,<sup>64</sup> traumatizando tanto a criança quanto a mãe.<sup>65</sup>

24. Alguns países estabeleceram boas práticas focadas na participação infantil e no melhor interesse da criança. Por exemplo, o Comissário de Abuso Doméstico da Inglaterra e País de Gales desenvolveu um modelo sobre como abordar uma criança relutante ou resistente a fazer contato com o genitor não residente-perpetrador por meio de lentes informadas sobre o trauma, reconhecendo que a estratégia de culpar o pai residente por tal resistência pode fazer parte de um padrão de controle coercitivo.<sup>66</sup> Na Escócia, um Oficial de Direitos das Crianças de Abuso Doméstico atende crianças que sofreram violência doméstica e fornece suas opiniões diretamente em casos judiciais de contato contestado, sem uma ordem de um tribunal.<sup>67</sup>

25. No México, o tribunal constitucional interveio para impedir duas tentativas de introduzir uma disposição específica reconhecendo a alienação parental, o que teria resultado na perda potencial da autoridade parental do suposto genitor alienador e na violação dos direitos da criança em processo de custódia. O primeiro caso, ocorrido no Estado de Oaxaca em 2016, foi considerado parcialmente inconstitucional por violar o princípio da autonomia progressiva da criança e o direito dos menores de serem ouvidos em processos judiciais.<sup>68</sup> O segundo, no Estado de Baja Califórnia em 2017, derrubou um caso semelhante como inconstitucional com base no fato de que a suspensão ou perda da autoridade parental como consequência da alienação parental funcionava contra os melhores interesses da criança. O Supremo Tribunal observou que a perda da autoridade parental não se traduzia em medida adequada para proteger os direitos dos menores, o que provavelmente geraria efeitos indevidos e injustificados em seus direitos ao desenvolvimento saudável e à manutenção de relações efetivas com ambos os pais. O tribunal também reconheceu que era provável que gerasse experiências negativas como resultado de mudanças no ambiente da criança, tornando possível que a criança pudesse ser revitimizada por esta medida.<sup>69</sup>

## VI. Padrões e práticas internacionais e regionais relevantes

### A. Padrões legais que regem questões de custódia, incluindo o uso de poder parental alienação

26. O Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres observou que os papéis estereotipados de mulheres e homens também se manifestam como estereótipos de gênero e preconceitos nos sistemas judiciais, o que resulta na negação de justiça efetiva para mulheres e outras vítimas de violência.<sup>70</sup> O Comitê instou os Estados a garantir que os estereótipos de gênero sejam abordados e tratados adequadamente. Em 2014, em sua decisão no caso *Gonzales Carreno v. Espanha*,

57 Sandra A. Graham-Bermann e outros, "Fatores que discriminam entre perfis de resiliência e psicopatologia em crianças expostas à violência por parceiro íntimo", *Child Abuse and Neglect*, vol. 33, nº 9 (2009), pp. 648–660.

58 Submissão por mulheres escondidas.

59 Envio de Suzanne Wunderer.

60 Submissões do Grupo de Pesquisa SHERA e Paola Matosi.

61 Submissões de Diana Rodríguez e do Ministério da Justiça.

62 Envio da Associação de Mães e Pais Solteiros.

63 Envio do Comissário de Abuso Doméstico da Inglaterra e País de Gales.

64 Submissões de Diana Rodríguez, Ministério da Justiça; Agora e outros; Federação de Lares e Abrigos Materno-Infantis; e Associação de Atendimento à Mulher e Mãe; Diotima Centro.

65 Envio do Comissário de Abuso Doméstico da Inglaterra e País de Gales.

66 *Ibid.*

67 Envio de Martha Scott.

68 Governo do Estado de Oaxaca, México ([Diário Oficial da Federação](#)).

69 *Ibid.*

70 Ver [CEDAW/C/GC/33](#).

o Comitê recomendou que o histórico de violência doméstica seja considerado ao determinar os horários de visita para garantir que mulheres ou crianças não corram perigo.<sup>71</sup>

27. A falha em abordar a violência praticada pelo parceiro íntimo e a violência contra crianças em direitos de custódia e decisões de visita é uma violação dos direitos da criança e do princípio do melhor interesse da criança. O artigo 12.º da Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece que os Estados Partes devem assegurar às crianças capazes de formar as suas próprias opiniões o direito de as expressarem livremente em todos os assuntos que lhes digam respeito e que as suas opiniões sejam devidamente ponderadas em conformidade com sua idade e maturidade. Também estabelece que as crianças devem ter a oportunidade de serem ouvidas em qualquer processo judicial e administrativo que as afete, seja diretamente, seja por meio de um representante ou órgão apropriado. O Artigo 19 prevê o direito de ser protegido contra todas as formas de violência física ou mental, lesão ou abuso, negligência ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, incluindo abuso sexual, enquanto estiver sob os cuidados dos pais, tutor(es) legal(is) ou qualquer outra pessoa que tenha cuidado da criança.

28. Os tratados humanos regionais também abordaram questões de custódia parental e sua relação com a violência contra mulheres e crianças. Os artigos 31.º e 45.º da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica exigem que as autoridades judiciais não emitam ordens de contacto sem considerar os incidentes de violência contra o cuidador não abusivo e a criança e imponham “efetiva, proporcional e sanções dissuasivas”. Em sua atividade de monitoramento até o momento, o Grupo de Peritos sobre Ação contra a Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica destacou os pontos fortes e fracos dos Estados Partes na implementação dos dois artigos relativos às vítimas de violência doméstica, incluindo o uso generalizado de violência parental alienação como meio de minimizar as evidências de violência doméstica.<sup>72</sup> Em seu terceiro relatório geral,<sup>73</sup> o Grupo de Peritos identificou 12 ações transversais, incluindo a necessidade de “garantir que os profissionais relevantes sejam informados da ausência de fundamentos científicos para síndrome de alienação” e o uso da noção de ‘alienação parental’ no contexto da violência doméstica contra a mulher”. O Grupo também apresentou observações escritas ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos em conexão com o caso *Kurt v. Áustria*,<sup>74</sup> que dizia respeito ao assassinato de um menino de 8 anos por seu pai após alegações anteriores da mãe de violência doméstica.

29. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem reconhece que a violência doméstica se enquadra no âmbito dos seus artigos 2.º, 3.º, 8.º e 1475.º e que rotular as mães como “pais não cooperantes” ou ameaçá-las com responsabilidade por rapto de crianças por se recusarem a permitir o contacto entre os seus filhos e um pai nos casos em que o pai é um perpetrador de violência é uma violação dos direitos à vida familiar nos termos do artigo 8.<sup>76</sup>

30. O artigo 7 da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher obriga os Estados Partes a “condenar todas as formas de violência contra a mulher e concordar em aplicar, por todos os meios apropriados e sem demora, políticas para prevenir, punir e erradicar essa violência”, bem como atuar “com a devida diligência para prevenir, investigar e sancionar a violência contra a mulher”.

31. Finalmente, o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos da Mulher em África (o Protocolo de Maputo), no artigo 7.º, afirma explicitamente que “em caso de separação, divórcio ou anulação do casamento, as mulheres e os homens devem ter direitos e responsabilidades recíprocos para com seus filhos. Em qualquer caso, os interesses das crianças devem ser considerados de suma importância”.

---

<sup>71</sup> Ver [CEDAW/C/58/D/47/2012](#).

<sup>72</sup> Conselho da Europa, terceiro relatório geral sobre as atividades do Grupo de Peritos sobre Ação contra Violência contra a Mulher e Violência Doméstica (2022), disponível em <https://www.coe.int/en/web/istanbul-convention/-/3rd-general-report-on-greivio-s-activities#>.

<sup>73</sup> *Ibid.*

<sup>74</sup> Pedido nº 62903/15.

<sup>75</sup> Ver *Opuz v. Turquia*, Requerimento No. 33401/02, 9 de junho de 2009; *Talpis v. Itália*, Pedido No. 41237/14, 2 de março de 2017; *Kurt v Áustria*, Pedido nº 62903/15, 15 de junho de 2021; e *Landi v. Itália*, Pedido nº 10929/19, 7 de abril de 2022.

<sup>76</sup> Ver *IM e outros v. Itália*, Pedido nº 25426/20, 10 de novembro de 2022; e *Bevaquca v. Bulgária*, Pedido nº 71127/01, 12 de junho de 2008.



## B. Envolvimento de mecanismos de direitos humanos na prevenção da violência contra mulheres e crianças no contexto da custódia

32. Vários mecanismos internacionais e regionais reconhecem a importância de considerar o histórico e a prevalência da violência doméstica ao decidir sobre os casos de custódia, bem como reconhecem o uso da alienação parental como uma extensão da violência doméstica. O Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher lembrou a responsabilidade do Estado de considerar “as necessidades específicas de mulheres e crianças na determinação da guarda dos filhos nos casos de violência de gênero na esfera doméstica”, adotando<sup>77</sup> medidas para considerar sistematicamente a violência doméstica na infância decisões de custódia”. 78 Além disso, o Comitê afirmou que “os direitos ou reivindicações dos perpetradores ou supostos perpetradores durante e após o processo judicial... do melhor interesse da criança”. 79

33. Com relação ao pseudoconceito de alienação parental, o Comitê emitiu uma série de observações finais nas quais instruiu os Estados Partes a abolir o uso da alienação parental em processos judiciais e a conduzir treinamento judicial obrigatório sobre violência doméstica, incluindo seu impacto sobre as crianças.<sup>80</sup> O Comitê expressou preocupação com o efeito negativo da defesa dos grupos de direitos dos pais e do discurso público sobre a síndrome de alienação parental na Costa Rica e recomendou que o Estado parte “tome todas as medidas necessárias para desencorajar o uso de 'síndrome de alienação parental' por peritos e por tribunais em casos de custódia”. 81 Adotou posições semelhantes na Nova Zelândia<sup>82</sup> e na Itália.<sup>83</sup>

34. O Comitê dos Direitos da Criança desenvolveu vários comentários gerais<sup>84</sup> relevantes para casos de direito de família, particularmente sobre o direito da criança de ser ouvida, de estar livre de violência e de ter seus melhores interesses considerados como consideração primordial. Entre as decisões do Comitê, um caso diz respeito a um pai que alegou que o Paraguai não havia cumprido um regime de contato e visitação entre ele e sua filha.<sup>85</sup> Em uma decisão mista, o Comitê afirmou a importância de evitar as consequências negativas de um pai não conforme não permitir o contato entre o pai não residente e seu filho, ao mesmo tempo em que se referiu à situação como uma “alienação gradual”. 86 Alguns especialistas comentaram que o uso de tais rótulos de diagnóstico é lamentável, apontando que o Comitê deveria ter evitado estabelecer precedência que estabelece o terreno para mais abusos e deturpações das atitudes dos pais em disputas de direito de família altamente complexas.<sup>87</sup>

35. Da mesma forma, a Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará destacou a obrigação dos Estados Partes de “tomar todas as medidas cabíveis, inclusive legislativas, para modificar ou revogar leis e regulamentos existentes, ou para modificar as práticas legais ou consuetudinárias que sustentam a persistência e tolerância da violência contra as mulheres”, particularmente no contexto do uso do controverso pseudoconceito de alienação parental contra as mulheres.<sup>88</sup> Em 2022, o Comitê e o Relator Especial instaram os Estados Partes a proibir expressamente o uso de alienação parental

<sup>77</sup> CEDAW/C/CRI/CO/7, pára. 43 (a).

<sup>78</sup> CEDAW/C/FIN/CO/7, pára. 39 (c).

<sup>79</sup> CEDAW/C/GC/35, pára. 31(ii).

<sup>80</sup> CEDAW/C/ESP/CO/7-8, parágrafos 38–39, CEDAW/C/RUS/CO/8, pára. 46 (c), CEDAW/C/CAN/CO/8-9, par. 57, e CEDAW/C/SWE/10, pára. 46 (a).

<sup>81</sup> CEDAW/C/CRI/CO/7, pára. 43 (b).

<sup>82</sup> CEDAW/C/NZL/CO/8, pára. 48 (d).

<sup>83</sup> CEDAW/C/ITA/CO/7, parágrafos 51–51 (a).

<sup>84</sup> CRC/C/GC/12, CRC/C/GC/13 e CRC/C/GC/14.

<sup>85</sup> CRC/C/83/D/30/2017.

<sup>86</sup> Ibidem, par. 8.7.

<sup>87</sup> Ver, por exemplo, opinião de NE Yaksic, Comunicação nº 30/2017 NR v. Paraguai, Observatório dos Direitos da Criança de Leiden, Universidade de Leiden.

<sup>88</sup> Declaração conjunta da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Belém do Pará Convenção e o Relator Especial publicado em 12 de agosto de 2022, disponível em [https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/women/sr/2022-08-15/Communique Parental-Alienation-EN.pdf](https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/women/sr/2022-08-15/Communique%20Parental%20Alienation-EN.pdf).

síndrome em processos judiciais, para que crianças e mães não sejam colocadas em situação de vulnerabilidade,<sup>89</sup> acrescentando que poderia ser usado como um continuum de violência de gênero e poderia invocar a responsabilidade dos Estados pela violência institucional.<sup>90</sup>

### C. Aplicação de gênero da Convenção sobre os Aspectos Cíveis da Rapto Internacional de Crianças

36. A Convenção de Haia sobre os Aspectos Cíveis do Rapto de Crianças (1980) abrange o rapto parental internacional de crianças e fornece um processo expedito para o regresso de uma criança raptada internacionalmente da sua residência habitual no território de um Estado Parte na Convenção de Haia por um dos pais para o território de outro Estado parte da Convenção para que os tribunais dessa jurisdição possam resolver uma disputa de custódia. No entanto, a Convenção não menciona a violência doméstica, nem inclui proteções para mães abusadas.<sup>91</sup> Como resultado, quando as mães fogem com seus filhos através das fronteiras internacionais, elas se tornam vulneráveis a serem tratadas como pais “sequestrados” pelos tribunais sob a Convenção.

37. Cerca de três quartos de todos os casos apresentados sob a Convenção de Haia são contra mães, a maioria das quais está fugindo da violência doméstica ou tentando proteger seus filhos de abuso.<sup>92</sup> O Artigo 13 da Convenção estabelece que uma ordem para o retorno de uma criança pode ser rejeitado se houver um “grave risco” de dano. No entanto, os tribunais têm relutado em aceitar a exposição à violência doméstica como razão para não devolver as crianças a outro Estado Parte. Em alguns casos, os tribunais devolveram as crianças ao seu país de residência habitual, mesmo quando concluíram que houve violência contra as crianças,<sup>93</sup> frequentemente obrigando mulheres e crianças a retornar a situações de abuso e risco de vida.<sup>94</sup> Mulheres migrantes que procuram retornar a seus países de origem para apoio familiar enfrentam barreiras adicionais se forem forçados a voltar devido a acusações de sequestro de crianças.<sup>95</sup>

38. Alguns tribunais, entretanto, consideram a violência familiar e doméstica ao interpretar e aplicar a Convenção de Haia. O Tribunal de Recurso da Nova Zelândia considerou que tanto a história da mãe como sobrevivente de violência familiar e doméstica como o seu potencial futuro na Austrália eram pertinentes para a interpretação da exceção de risco grave e subsequentemente recusou-se a ordenar o regresso da criança.<sup>96</sup>

39. Em uma tentativa de abordar as deficiências da Convenção de Haia, o Governo da Austrália implementou uma legislação que exige que os tribunais australianos considerem as alegações de violência familiar e doméstica antes que quaisquer ordens de devolução sejam feitas para crianças sob a Convenção.<sup>97</sup>

## VII. Relação entre alienação parental e abuso sexual infantil

40. A ligação entre a alienação parental e o abuso sexual infantil é evidente desde as suas origens como um pseudoconceito e da elevada incidência de abuso sexual infantil no contexto da violência doméstica. Embora Gardner reconheça a prevalência de alegações de abuso sexual infantil em litígios de custódia, ele rejeitou muitas dessas alegações como falsas, avançadas pelo

---

<sup>89</sup> Ibid.

<sup>90</sup> Ibid.

<sup>91</sup> Adriana De Ruiter, “40 anos da Convenção de Haia sobre o rapto de crianças: mudanças legais e sociais nos direitos da criança”, Parlamento Europeu, novembro de 2020.

<sup>92</sup> Conferência da Haia sobre Direito Internacional Privado, sétima reunião da Comissão Especial sobre a Operação Prática da Convenção de Haia sobre Rapto de Crianças de 1980 e da Convenção de Haia sobre Proteção de Crianças de 1996 (outubro de 2017).

<sup>93</sup> Apresentação confidencial da França.

<sup>94</sup> Envio da University College London.

<sup>95</sup> Apresentação confidencial da França.

<sup>96</sup> Tribunal de Apelações da Nova Zelândia, *Lrr v. Col*, CA743/2018, [2020] NZCA 209.

<sup>97</sup> Governo da Austrália, “Garantindo a segurança familiar nos casos da Convenção Australiana de Haia” (12 dezembro de 2022).

mãe para afastar o filho do pai. 98 Ao reenquadrar uma mãe como uma mentirosa que “abusa emocionalmente” de seus filhos, o rótulo de alienação parental desvia a atenção dos tribunais da questão de saber se um pai é abusivo e o substitui por um foco em uma mãe supostamente mentirosa ou iludida ou criança.<sup>99</sup>

41. Como a síndrome de alienação parental é usada por homens para dismantelar alegações de abuso físico, sexual ou emocional por meios legais é discutido nas petições de Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil,<sup>100</sup> Colômbia,<sup>101</sup> Islândia,<sup>102</sup> México, Puerto Rico e Uruguai.<sup>103</sup> Uma submissão da França<sup>104</sup> descreve como as mães que relatam revelações de abuso sexual corroboradas por exames psicológicos ainda são removidas e colocadas sob a custódia do pai (o perpetrador) depois que ele invocou a alienação parental.

42. Os agressores sexuais infantis têm invocado a alienação parental para limitar, obstruir ou deslegitimar o progresso na proteção dos direitos das crianças vítimas. <sup>105</sup> No Brasil, <sup>106</sup> o reconhecimento da alienação parental na legislação<sup>107</sup> e a imposição de sanções para atos de alienação parental também facilitou seu uso como defesa para abuso sexual.

## VIII. Impacto desproporcional sobre mulheres de grupos minoritários

43. Mulheres pertencentes a minorias enfrentam barreiras adicionais em relação à alienação parental, incluindo acesso à justiça e estereótipos negativos.<sup>108</sup> Em um estudo no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, mulheres afro-caribenhas viam os juízes como desconectados e julgadores, enquanto mulheres do sul As mulheres asiáticas e afro-caribenhas foram pressionadas por oficiais de assistência social nomeados pelo tribunal a dar uma chance aos homens, mesmo quando eles repetidamente não eram confiáveis e tinham sido condenados à prisão.<sup>109</sup> A maioria das mulheres relatou sentir-se revitimizada e “muito menosprezada, muito diminuída, não realmente ouvidos” pelos profissionais.<sup>110</sup>

44. De acordo com as alegações recebidas, na Itália a vitimização secundária é mais evidente entre as vítimas de tráfico e as mulheres migrantes.<sup>111</sup> As mulheres migrantes são “muitas vezes julgadas como mães inadequadas, incapazes de proteger e cuidar de seus filhos” que muitas vezes são colocados em casas de repouso. <sup>112</sup> Na Irlanda, as mulheres migrantes cujo parceiro é de origem irlandesa também enfrentam desafios.<sup>113</sup> Em Portugal, enquanto as mulheres migrantes são rotuladas como alienadoras dos pais, as mulheres instruídas são vistas como não se enquadrando na imagem dominante de vítimas de violência doméstica.<sup>114</sup> Na Áustria<sup>115</sup> e Japão,<sup>116</sup> mães migrantes estão em desvantagem devido a barreiras linguísticas e status de imigração vulnerável. No Reino Unido, vulnerabilidades cruzadas em linhas de raça, deficiência, status de imigração e sexualidade compõem o

<sup>98</sup> RA Gardner, *A Síndrome de Alienação Parental*.

<sup>99</sup> Joan S. Meier, “Caindo na real sobre abuso e alienação: Uma crítica da árvore de decisão de Drozd e Olesen”, *Journal of Child Custody*, vol. 7, nº 4 (2010), pp. 228–229.

<sup>100</sup> Envio de Cláudia Galiberne Ferreira.

<sup>101</sup> Submissões de Diana Rodríguez e Alexandra Correa.

<sup>102</sup> Submissão de Lifán ofbeldis.

<sup>103</sup> Submissão por Igualdade Agora e outros.

<sup>104</sup> Apresentação confidencial da França.

<sup>105</sup> Envio de Carlos Rozanski.

<sup>106</sup> Envio de Cláudia Galiberne Ferreira.

<sup>107</sup> Lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010.

<sup>108</sup> Submissão de Women against Violence Europe.

<sup>109</sup> Ravi K. Thiara e Aisha K. Gill, *Violência Doméstica, Contato com Crianças e Violência Pós-Separação: Questões para Mulheres e Crianças do Sul da Ásia e Afro-Caribenhas* (Londres, Sociedade Nacional para a Prevenção da Crueldade contra Crianças, 2012).

<sup>110</sup> Ibid.

<sup>111</sup> Apresentação de Donne em Rete contro la violenza.

<sup>112</sup> Submissão por Pangea Foundation Onlus.

<sup>113</sup> Apresentação por SiSi.

<sup>114</sup> Submissão de Dignidade e outros.

<sup>115</sup> Envio de Suzanne Wunderer.

<sup>116</sup> Envio do Minato Sogo Law Office.

dificuldades que as mulheres enfrentam quando sofrem violência doméstica em casos de guarda de filhos.<sup>117</sup> Mães em posições estruturalmente desfavorecidas têm maior probabilidade de ter seus filhos removidos ou suas capacidades parentais julgadas severamente.<sup>118</sup> Na Nova Zelândia, as mulheres maori são mais propensas a relatar o envolvimento da agência de proteção à criança em processos judiciais de família do que as mulheres não maori.<sup>119</sup> Além disso, os dados da pesquisa descobriram que mulheres pertencentes a minorias sofreram discriminação e uma combinação de sexismo, racismo e incapacidade.<sup>120</sup>

## IX. Adoção generalizada da alienação parental nos sistemas de justiça

45. O pseudoconceito de alienação parental ou iterações semelhantes são amplamente utilizados em diferentes jurisdições. Em 2010, o Brasil aprovou a Lei nº 12.318, que definiu especificamente a alienação parental (art. 2º) e previu sanções para atos considerados alienação parental (art. pais com a criança, multar o genitor alienador, trocar arranjos de custódia e suspender a autoridade do genitor alienador).

46. Outras jurisdições usam iterações de alienação parental, como “disputas de alto conflito”, “manipulação parental”<sup>122</sup> “intolerância de apego”<sup>123</sup> ou “problema relacional pai-filho”.

<sup>124</sup> Nos Estados Unidos, o uso da alienação parental nas varas de família ganhou maior respaldo quando o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* introduziu dois novos diagnósticos: “criança afetada por angústia no relacionamento parental” e “abuso psicológico infantil”, que - os profissionais da síndrome de alienação parental usam para identificar a alienação.<sup>125</sup> Embora os termos alienação parental ou síndrome de alienação parental não estejam mais incluídos no *Manual Diagnóstico e Estatístico*, vários autores do manual esclareceram que um diagnóstico de angústia no relacionamento parental abrange uma variedade de comportamentos e resultados de alienação parental.<sup>126</sup>

47. Em Portugal, os divórcios de alto conflito são supostamente tratados como um eufemismo para alienação parental e na Islândia a alienação parental é agora legalmente definida como “retenção de contacto”.<sup>128</sup> Na Nova Zelândia, diferentes termos são usados como “uma estratégia de negação plausível” para introduzir efetivamente o pseudoconceito de alienação parental, como “resistir-recusar”, “enredar”, treinar ou envenenar uma criança, vigiar ou maternagem ansiosa.<sup>129</sup> Na Itália, a alienação parental foi “substituída por novas expressões que reiteram o mesmo pseudoconceito”, questionando o conceito de alienação parental e sendo repudiado pela <sup>130</sup> apesar de o Supremo Tribunal Federal ter chamado a validade da Sociedade Italiana de Psicologia e pelo Ministério da Saúde.<sup>131</sup>

48. Até à data, existe apenas um exemplo em que o uso da alienação parental é expressamente proibido pela legislação, nomeadamente em Espanha, onde o uso destes pseudo-conceitos teóricos

<sup>117</sup> Envio da Women's Aid Federation of England.

<sup>118</sup> Submissões por AVA (Contra Violência e Abuso) e Centro de Recursos para Mulheres.

<sup>119</sup> Envio da Auckland Coalition for the Safe of Women and Children.

<sup>120</sup> Submissão do Coletivo Backbone.

<sup>121</sup> Submissões de Dignidade e outros e SiSi.

<sup>122</sup> Submissão do Governo de Portugal.

<sup>123</sup> Submissão do Instituto Alemão de Direitos Humanos

<sup>124</sup> Conforme descrito na Associação Psiquiátrica Americana, *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (4ª ed.); veja também Morgan Shaw e Robert Geffner, “Questões de alienação e reunificação em tribunais de família: teoria, pesquisa e programas em casos de custódia de crianças”, *Journal of Family Trauma, Child Custody and Child Development*, vol. 19, nº 3-4 (2012), pp. 203–213.

<sup>125</sup> William Bernet e outros, “Alienação parental, DSM-5 e ICD-11”, *American Journal of Family Therapy*, vol. 38, nº 2 (2010), pp. 76–187.

<sup>126</sup> *Ibid.*

<sup>127</sup> Submissão de Dignidade e outros.

<sup>128</sup> Submissão de Lifán ofbeldis.

<sup>129</sup> Envio do Coletivo Backbone.

<sup>130</sup> Submissão da Fondazione Pangea Onlus.

<sup>131</sup> CEDAW/C/ITA/7, parágrafos 51 e 52.

é proibida por não ter base científica<sup>132</sup> e explicitamente chamada de “pseudociência”.

<sup>133</sup> Apesar desta proibição, e ao contrário do que aconselha a legislação e o Conselho Geral da Magistratura em Espanha,<sup>134</sup> a alienação parental tem sido utilizada para justificar decisões em processos de guarda.<sup>135</sup>

49. Situação semelhante existe na Colômbia, onde, apesar da recomendação do Conselho Geral do Judiciário contra o uso da alienação parental em casos de violência de gênero,<sup>136</sup> a Corte Suprema de Justiça gerou uma linha jurisprudencial em apoio a essa teoria, principalmente nos casos em que as mães apresentaram denúncias de abuso sexual de crianças, a fim de rotulá-las como portadoras de problemas mentais e/ou falsas acusações. A alienação parental também tem sido usada para estabelecer que um dos genitores, geralmente a mãe, está violando o direito do outro genitor de se comunicar com a criança, como testemunhado em casos na Grécia,<sup>137</sup> Itália<sup>138</sup> e Espanha.<sup>139</sup>

50. Alguns sistemas impõem aos cuidadores primários uma obrigação adicional de facilitar o contato. A Alemanha incorporou uma presunção legal de que o contato entre ambos os pais é geralmente no melhor interesse da criança, mas acrescentou uma cláusula de boa conduta, pela qual cada pai deve abster-se de qualquer ato que prejudique o relacionamento da criança com o outro pai e também deve promover uma atitude positiva em relação ao contato.<sup>140</sup> No entanto, essa presunção funciona contra as vítimas de violência doméstica, pois qualquer falta de tolerância percebida no apego decorrente da violência pode afetar a alocação da custódia. Na Grécia, um dos pais é obrigado a facilitar e apoiar a comunicação regular da criança com o outro pai, que prioriza a comunicação sobre a segurança, com as mães enfrentando pesadas multas e prisão por não fazê-lo.

<sup>141</sup> Sentenças semelhantes foram impostas na Croácia, Islândia, Irlanda,<sup>142</sup> Espanha<sup>143</sup> e Inglaterra e no País de Gales, foi introduzida uma presunção estatutária que exige que os tribunais considerem o envolvimento de ambos os pais após a separação como sendo do melhor interesse das crianças.<sup>146</sup> Há evidências de que os tribunais inferiores estão aplicando a abordagem em casos de violência doméstica, que pressiona as mães a concordarem em entrar em contato.<sup>147</sup>

51. Alguns sistemas jurídicos incorporaram a alienação parental nas práticas avaliativas financiadas pelo Estado. Por exemplo, na Inglaterra e no País de Gales, o Children and Court Family Advisory Service, que fornece relatórios independentes sobre o melhor interesse da criança ao tribunal de família, usa o termo “comportamentos alienantes”<sup>148</sup> para descrever “circunstâncias em que há um padrão contínuo de atitudes, crenças e comportamentos negativos de um dos pais (ou cuidador) que têm o potencial ou a intenção expressa de prejudicar ou obstruir o relacionamento da criança

<sup>132</sup> Projeto de lei orgânica para a proteção de crianças e adolescentes contra a violência (proyecto de ley orgánica de protección integral a la infancia y la adolescencia frente a la violencia).

<sup>133</sup> Submissão por Igualdade Agora e outros. A maioria das submissões para o relatório concordou com esta avaliação, no entanto, uma pequena minoria não concordou, veja as submissões de: Parental Alienation Study Group, Global Action for Research Integrity in Parental Alienation, Stan Korosi (Dialogue-in Growth), o Conselho Internacional de Parentalidade Compartilhada, Somos Pais, Fórum Somos Pais e Recuperamos nossos Filhos.

<sup>134</sup> Envios de Cristina Fernández, Patricia Fernández e Bárbara San Pedro.  
<sup>135</sup> AL ESP 3/2020.

<sup>136</sup> Submissões de Diana Rodríguez e do Ministro da Justiça da Colômbia.

<sup>137</sup> Submissão do Centro Diotima.

<sup>138</sup> Ann Lubrano Lavadera e outros, “Síndrome da alienação parental nos julgamentos jurídicos italianos: uma estudo exploratório”, *International Journal of Law and Psychiatry*, vol. 35, nº 4 (2012), pp. 334–342.

<sup>139</sup> Glòria C. Vila, “Síndrome de alienação parental na Espanha: contestada pelo Governo, mas aceita pelos Tribunais”, *Revista de Bem-Estar Social e Direito de Família*, vol. 42, nº 1 (2019), pp. 45–55.

<sup>140</sup> Submissão do Instituto Alemão de Direitos Humanos.

<sup>141</sup> Submissão do Centro Diotima.

<sup>142</sup> Submissão da Casa Autônoma das Mulheres Zagreb.

<sup>143</sup> Submissão de Lífán ofbeldis.

<sup>144</sup> Envio por SiSi.

<sup>145</sup> Apresentação confidencial da Espanha.

<sup>146</sup> Ver Children Act 1989, seç. 1 (2A).

<sup>147</sup> Felicity Kaganas, “Envolvimento dos pais: uma presunção discricionária”, *Estudos Jurídicos*, vol. 38, nº 4 (2018), pp. 549–570.

<sup>148</sup> O primeiro passo para avaliar a resistência ou rejeição da criança a um dos pais é considerar se abuso doméstico ou outras formas de parentalidade prejudicial são fatores.

com o outro progenitor. É uma das várias razões pelas quais uma criança pode rejeitar ou resistir a passar tempo com um dos pais após a separação".<sup>149</sup>

52. Outras jurisdições reagiram com mais cautela às tentativas de incorporar formalmente o pseudoconceito de alienação parental nos sistemas jurídicos, realizando pesquisas adicionais sobre o assunto ou aplicando a lei de direitos humanos para sua adoção. Após intensa investigação, o Departamento de Justiça do Canadá concluiu que o uso de rótulos e terminologia como síndrome de alienação parental aumenta o risco no confronto entre os pais e geralmente não leva em conta as necessidades e desejos da criança. O Departamento também observou que todos os envolvidos em tais casos tendiam a explicar tudo o que ocorre em separações de alto conflito usando esses rótulos.<sup>150</sup> O Governo da Irlanda encomendou uma pesquisa sobre como outras jurisdições abordam a alienação parental em 2021 e anunciou uma consulta aberta sobre se quaisquer mudanças legislativas e/ou políticas foram necessárias.<sup>151</sup>

53. Em termos de boas práticas para lidar com as consequências negativas de tais abordagens, a Austrália anunciou que removerá a presunção de responsabilidade parental igualitária, pois pode levar a resultados injustos e comprometer a segurança das crianças. O projeto de lei substituiu os testes anteriores por um teste composto por seis fatores para determinar o melhor interesse da criança: promover a segurança da criança e do cuidador; as opiniões da criança; as necessidades da criança; o benefício de manter relacionamentos com cada um dos pais e outras pessoas importantes, onde for seguro fazê-lo; a capacidade de cada cuidador proposto para suprir as necessidades da criança; e quaisquer outros fatores relevantes.<sup>152</sup>

54. Além disso, a Suprema Corte da Itália afirmou que a guarda exclusiva de um menor não pode ser baseada apenas no diagnóstico de uma síndrome de alienação parental ou de uma síndrome de "mãe maliciosa", devendo os juízes verificar o fundamento, em nível científico, de qualquer conselho que se desvie da ciência médica oficial.<sup>153</sup>

## X. Problemas sistêmicos

### A. Desigualdade de gênero nas leis e sistemas jurídicos

55. Alguns sistemas jurídicos ainda não erradicaram a desigualdade de gênero e a discriminação na legislação e nas políticas. No Iraque, por exemplo, não há proteção legal para pessoas submetidas à violência doméstica, apesar da discussão de um Projeto de Lei Antiviolação Doméstica desde 2020.

Nos casos de guarda, se a mãe impedir o filho de ver o pai, o pai pode apresentar queixa contra a mãe e pode ser expedido um mandado contra ela, o que não se aplica ao incumprimento do pai.

56. A falta de definição legal clara de violência doméstica em algumas jurisdições, como na Federação Russa, representa um desafio.<sup>154</sup> O governo parou de abordar a falta de clareza na lei de família citando preocupações como a privacidade dos pais e a liberdade de criar os filhos de acordo com as crenças dos pais, uma preocupação apoiada pela Igreja Ortodoxa Russa. Em 2017, a violência doméstica foi parcialmente descriminalizada e só é considerada crime se a vítima estiver internada.

57. Estados que incorporam um sistema pluralista de direito de família podem prejudicar sistematicamente as mulheres. De acordo com as leis religiosas de alguns países, o pai recebe automaticamente a custódia de

<sup>149</sup> Children and Family Court Advisory and Support Service, "Comportamentos alienantes: o que são comportamentos alienantes?", disponível em <https://www.cafcass.gov.uk/grown-ups/parents-and-carers/divorce-and-separation/o-que-esperar-de-cafcass/alienating-behaviours/>.

<sup>150</sup> Governo do Canadá, "Managing Contact Difficulties: A Child-Centred Approach", modificado em 22 de dezembro de 2022, disponível em: [https://www.justice.gc.ca/eng/rp-pr/fl-lf/famil/2003\\_5/p2.html](https://www.justice.gc.ca/eng/rp-pr/fl-lf/famil/2003_5/p2.html).

<sup>151</sup> Governo da Irlanda, "Consulta aberta sobre alienação parental", publicado em 27 de maio de 2022, disponível em [https://www.gov.ie/en/consultation/c7235-open-consultation-on-parental-alienation/?referrer=http://www.justice.ie/en/JELR/Pages/Parental\\_Alienation\\_Consultation](https://www.gov.ie/en/consultation/c7235-open-consultation-on-parental-alienation/?referrer=http://www.justice.ie/en/JELR/Pages/Parental_Alienation_Consultation).

<sup>152</sup> Governo Australiano, "Projeto de Consulta sobre Exposição – Projeto de Lei de Emenda à Lei de Família de 2023".

<sup>153</sup> Suprema Corte da Itália, 24 de março de 2022, Processo nº 9691.

<sup>154</sup> Submissão pela Stichting Justice Initiative.

os filhos, não importando as circunstâncias.<sup>155</sup> Quando as mulheres têm a guarda de seus filhos, elas podem perdê-la simplesmente casando-se novamente, comportando-se contra as normas sociais ou iniciando a separação. Nesses casos, os tribunais e líderes religiosos têm o poder de decisão final sobre a custódia. Embora possam ouvir a declaração da criança, eles não necessariamente consideram as opiniões da criança e às vezes podem até mesmo contradizê-las. Apesar dos desafios na reforma do direito de família com base, pelo menos em parte, no dogma religioso, passos importantes foram dados em alguns países, como Egito, Jordânia e Estado da Palestina, onde a idade mínima para casar foi elevada para 18 anos. e ambos os pais têm direitos iguais à custódia.

## B. Papel do avaliador em varas de família

58. A alienação parental e os pseudoconceitos relacionados estão inseridos no ordenamento jurídico, inclusive entre os avaliadores encarregados de informar aos tribunais de família sobre o melhor interesse da criança (psiquiatras, psicanalistas, psicólogos e assistentes sociais). A alienação parental tem sido endossada por meio de treinamento formal e divulgada por redes profissionais e, mais recentemente, por periódicos acadêmicos. A aplicação da alienação parental também foi agravada pela falta de treinamento formal dos profissionais do sistema de justiça e pela relação entre as alegações de alienação parental e a dinâmica da violência doméstica.

59. Quando se deparam com uma disputa entre os pais, os tribunais de família frequentemente procuram aconselhamento independente de especialistas em crianças para decidir sobre um resultado apropriado. Embora a decisão final seja tomada pelo juiz presidente, a recomendação do avaliador é poderosa e, na prática, a maioria dos juízes segue. De acordo com as alegações recebidas, na Finlândia, a maioria das alegações de alienação parental provém de relatórios de assistentes sociais,<sup>156</sup> enquanto na Itália o tribunal geralmente adota as sugestões do especialista técnico ou psicólogos nomeados pelo tribunal em suas decisões sem uma avaliação crítica de seus relatórios, que muitas vezes resulta em parentalidade compartilhada, independentemente da existência de abuso.<sup>157</sup>

60. Funcionários públicos e instituições envolvidas na avaliação do melhor interesse da criança podem ser treinados ou pressionados por promotores de alienação parental. <sup>158</sup> Por exemplo, o Comitê para a Proteção dos Direitos da Criança na Polônia organizou um treinamento profissional de dois dias, intitulado "Reconhecendo e respondendo a crianças alienadas e suas famílias". <sup>159</sup> Na Irlanda, psicólogos e psicoterapeutas foram treinados em como interagir com crianças alienadas e suas famílias. No Brasil, o Conselho Nacional de Justiça oferece cursos sobre o uso da alienação parental para membros do judiciário e outros, aos quais mulheres e mães às vezes são obrigadas a comparecer por ordem judicial.<sup>160</sup>

61. Alguns avaliadores se anunciam abertamente como especialistas em alienação parental e são nomeados para avaliar casos relevantes, apesar da falta de reconhecimento formal do pseudoconceito em muitas jurisdições.<sup>161</sup> Também foram levantadas preocupações sobre evidências fornecidas por especialistas não qualificados e não regulamentados, alguns dos quais parecem "abusar de sua posição para obter lucros ou agenda política". <sup>162</sup> Por exemplo, os tribunais civis e rabínicos de Israel supostamente tendem a nomear os mesmos especialistas para cumprir as funções de diagnóstico e terapêutica, apesar do conflito de interesses, no qual os especialistas podem ser financeiramente motivados a reconhecer a alienação parental para recomendar a terapia continuada. <sup>163</sup> Esses especialistas submetem adultos e crianças a avaliações psicológicas intrusivas, inapropriadas e retraumatizantes e empregam atitudes de julgamento e rejeição em relação às vítimas de violência doméstica.<sup>164</sup> Os especialistas também

---

155 Submissão por Ação de Igrejas Juntas (ACT Alliance).

156 Submissão pela Federação de Lares e Abrigos Materno-Infantis.

157 Apresentação de Donna em Rete Contra La Violenza.

158 Submissões da Associação PEND Eslovênia e Mamy Móviy DOÿÿ.

159 Consulte: <https://www.familyseparationclinic.com/about-1/news-and-media/>.

160 AL BRA 10/2022.

161 Submissões do Centro de Prevenção de Violência Familiar e de Gênero Monash e Diferenza Donna.

162 Submissões do Victims' Commissioner of the Greater London Authority, the SHERA Research Grupo, Protect Children Now e Women's Aid, Irlanda.

163 Submissão do Centro Rackman para o Avanço do Status da Mulher.

164 Submissões da Women's Aid Federation England; Diferença Donna; Rede NRPF; Lífán ofbeldis; Centro de Recursos para Mulheres; Protect Children Now e Minato Sogo Law Office.

soluções recomendadas para a alienação, que podem não ser compatíveis com o bem-estar e os direitos da criança, incluindo a transferência da guarda,<sup>165</sup> e o uso de “campos e terapias de reunificação”,<sup>166</sup> onde as crianças são mantidas contra sua vontade e pressionadas a rejeitar a influência do pai com quem eles estão mais ligados.<sup>167</sup>

62. A alienação parental é, sem dúvida, um empreendimento lucrativo que permite que especialistas prestem seus serviços em processos familiares mediante o pagamento de honorários. Programas de treinamento e conferências, que proliferaram em escala global nas últimas duas décadas, fornecem ainda outro fluxo de renda.<sup>168</sup> Isso pode explicar parcialmente a resistência na literatura acadêmica contra a crítica à alienação parental ao minar a credibilidade da pesquisa que evidencia as ligações entre alienação parental e violência doméstica.<sup>169</sup> Incluindo como um contexto de violência doméstica aumenta o risco de invocar a alienação parental.<sup>170</sup> Especialistas acadêmicos observaram o desenvolvimento preocupante pelo qual revistas acadêmicas conceituadas no campo da psicologia estão publicando artigos que promovem a noção de “comportamentos alienantes” sem aplicar os padrões usuais de rigor científico na revisão por pares ou não permitindo o direito de resposta aos autores cujos estudos são objeto de tais críticas.<sup>171</sup>

63. Em resposta a essas questões, o Conselho de Justiça da Família da Inglaterra e País de Gales emitiu orientações conjuntas com a British Psychological Society sobre o fornecimento de relatórios de especialistas em tribunais de família, que estabelecem que todos esses especialistas devem ser regulamentados por dois órgãos profissionais específicos.<sup>172</sup> Além disso, o Presidente da Divisão de Família emitiu um memorando,<sup>173</sup> lembrando aos juízes que os peritos só devem ser instruídos a auxiliar o tribunal na resolução de questões quando necessário. O Conselho também estabeleceu o grupo de trabalho para responder a alegações de comportamentos alienantes, que emitiu orientações provisórias sobre testemunhas especializadas quando houver alegações de comportamentos alienantes e conflitos de interesse em 2022. Ele adverte os tribunais a serem prudentes ao considerar os pacotes de avaliação e tratamento oferecidos pelo mesmo provedor ou por provedores vinculados. No entanto, o Presidente do Tribunal de Família não conseguiu proibir o uso de especialistas que não são regulamentados por órgãos profissionais específicos, afirmando que deveria haver um julgamento oportuno em vez de justificar a instrução de um psicólogo não regulamentado.<sup>174</sup>

<sup>165</sup> Stephanie Dallam e Joyanna Silberg, “Tratamentos recomendados para 'síndrome de alienação parental' podem causar danos psicológicos previsíveis e duradouros às crianças”, *Journal of Child Custody*, vol. 13, nº 2-3 (2016), pp. 134–143.

<sup>166</sup> Suzanne Chester, “Reunificação, alienação ou retraumatização? Vamos começar a ouvir a criança”, *Journal of Family Trauma, Child Custody & Child Development*, vol. 19, nº 3-4 (2022), pp. 359–382.

<sup>167</sup> Jean Mercer, “Os tratamentos intensivos de alienação parental são eficazes e seguros para crianças e adolescentes?”, *Journal of Child Custody: Research, Issues and Practices*, vol. 16, nº 1 (2019), pp. 67–113; S. Dallam e J.L. Silberg, “tratamentos recomendados para 'síndrome de alienação parental’”.

<sup>168</sup> Como exemplos de formação online paga, ver, entre outros: <https://parentalalienation.eu/training-for-professionais/>; <https://paawareness.co.uk/parental-alienation-online-training-courses/>; e <https://datalawonline.co.uk/cpd-courses/children-law-courses/parental-alienation-and-hostility-case>.

<sup>169</sup> Ver Jennifer Harman e Demóstenes Lorandos, “Alegações de violência familiar no tribunal: Como a alienação parental afeta os resultados judiciais”, *Psicologia, Políticas Públicas e Direito*, vol. 27, nº 2 (2021), pp. 187–208, e a resposta: Joan S. Meier e outros, “O problema com as alegações de alienação parental de Harman e Lorandos no estudo do tribunal de família”, *Journal of Family Trauma, Child Custody & Desenvolvimento Infantil*, vol. 19, nº 3-4 (2022), pp. 295–317.

<sup>170</sup> Simon Lapiere e outros, “A legitimação e institucionalização da 'alienação parental' na província de Quebec”, *Journal of Social Welfare and Family Law*, vol. 42, nº 1 (2020), pp. 30–44.

<sup>171</sup> Consultas de especialistas conduzidas pelo Relator Especial.

<sup>172</sup> Family Justice Council e British Psychological Society, “Psicólogos como testemunhas especializadas nos tribunais de família na Inglaterra e no País de Gales: Padrões, competências e expectativas”, reeditado em maio de 2022.

<sup>173</sup> Reino Unido, Cortes e Tribunais Judiciário, “Memorando do Presidente da Divisão de Família: Peritos no Tribunal de Família”, publicado em 11 de outubro de 2021.

<sup>174</sup> Tribunal Superior da Inglaterra e País de Gales, Re C (“Alienação Parental”; Instrução do Especialista) [2023] EWHC 345 (Fam).



## C. Conduta do judiciário e profissionais jurídicos

64. Vítimas de violência relataram sentir-se menosprezadas por juízes e profissionais do direito e revitimizadas por profissionais que não entendem o impacto e a dinâmica da violência doméstica.<sup>175</sup> A pesquisa revela a frustração das mulheres com a simpatia expressa pelos juízes em relação aos pais violentos e ao testemunhar profissionais sendo manipulados por perpetradores de abuso, que se comportam de maneira encantadora e estão em seu melhor comportamento.<sup>176</sup> Vítimas de violência doméstica também perceberam tratamento diferenciado dos pais por tribunais e profissionais, com mães que devem ser calmas e complacentes enquanto comportamento agressivo por pais foi tolerado no tribunal.<sup>177</sup>

65. As mulheres relataram ter sido aconselhadas por seus representantes legais a não levantar acusações de violência doméstica, pois isso funcionaria contra elas.<sup>178</sup> Pesquisas e apresentações, inclusive da Alemanha e do Reino Unido,<sup>179</sup> demonstram que as mulheres sofrem pressão considerável dos tribunais e de seus advogados para concordar em entrar em contato ou comparecer à mediação, em alguns casos sem qualquer avaliação das preocupações com o bem-estar da criança ou obter as opiniões de as crianças.<sup>180</sup> Na Hungria, as mulheres que não cooperam nas sessões de mediação são obrigadas a pagar honorários.<sup>181</sup>

66. Em 2020, a Suprema Corte de Israel emitiu um protocolo temporário acelerando os procedimentos de trabalho para os tribunais lidarem com procedimentos para garantir um relacionamento entre pais e filhos, incluindo aqueles em que a segurança de uma criança pode estar em risco. Na prática, porém, o protocolo é quase sempre utilizado nos casos em que são levantadas alegações de alienação parental.<sup>182</sup>

67. Há claramente uma necessidade de treinamento especializado e experiência para membros do judiciário e profissionais jurídicos<sup>183</sup> conforme evidenciado por apresentações da Alemanha,<sup>184</sup> Irlanda<sup>185</sup> e Itália.<sup>186</sup> Na Austrália, depois que o tribunal de família foi fundido com um tribunal federal generalista no Tribunal Federal Circuit Court em 2021, não há mais um tribunal especializado em direito de família e as questões de direito de família são ouvidas por juízes que podem não ter conhecimento especializado em violência familiar.<sup>187</sup>

68. Em termos de boas práticas, o Conselho da Europa desenvolveu vários cursos gratuitos, ministrados em vários idiomas, para auxiliar profissionais do direito envolvidos em direito de família e casos de violência doméstica, inclusive sobre justiça amiga da criança, direitos humanos e família lei.<sup>188</sup>

69. O Governo da Alemanha exige que os juízes dos tribunais de família e tutores ad litem de menores tenham conhecimento especializado dos efeitos da violência sobre as crianças e do pseudoconceito de alienação parental.<sup>189</sup> Na Inglaterra e no País de Gales, o Comissário de Abuso Doméstico

---

<sup>175</sup> Veja J. Birchall e S. Choudhry, *E sobre o meu direito de não ser abusado*; veja também as submissões do Rackman Center for the Advancement of the Status of Women e da National Research Organization for Women's Safety da Austrália.

<sup>176</sup> M. Coy et al. (2015), "É como passar pelo abuso novamente": violência doméstica e (in)segurança de mulheres e crianças em procedimentos de contato de direito privado", *Journal of Social Welfare and Family Law*, vol. 37, nº 1, pp. 53–69.

<sup>177</sup> Veja J. Birchall e S. Choudhry, *E sobre meu direito de não ser abusado*.

<sup>178</sup> *Ibidem*, pág. 24. Veja também a submissão do Monash Gender and Family Violence Centre.

<sup>179</sup> Submissões do Grupo de Resumos de Políticas de Redução de Riscos e Desastres do University College London; Dignidade e outros; Mulheres no Centro; e o Instituto Alemão de Direitos Humanos.

<sup>180</sup> L. Harne, *Paternidade Violenta e os Riscos para as Crianças*.

<sup>181</sup> Envio da Associação de Direitos da Mulher NANE.

<sup>182</sup> Envio do Rackman Center for the Advancement of the Status of Women the Faculty of Law, Universidade Bar Ilan.

<sup>183</sup> Submissão do Coletivo Nacional de Refúgios de Mulheres Independentes.

<sup>184</sup> Submissão do Instituto Alemão de Direitos Humanos.

<sup>185</sup> Envio de Protect Children Now.

<sup>186</sup> Submissões de Donne em Rete contro la violenza e Pangea Foundation Onlus.

<sup>187</sup> Envio do Monash Gender and Family Violence Center.

<sup>188</sup> Curso HELP do Conselho da Europa, disponível em <https://help.elearning.ext.coe.int/>.

<sup>189</sup> Submissão do Governo da Alemanha.

está iniciando um piloto de monitoramento para as varas de família para fornecer supervisão e relatórios regulares sobre o desempenho das varas de família em processos de direito privado sobre custódia de crianças.<sup>190</sup>

#### D. Falta de assistência jurídica e custas de processos de direito de família

70. A participação em procedimentos de custódia e acesso é cara e a falta de representação legal é uma desvantagem estrutural, principalmente para vítimas de violência doméstica.

Mulheres em desvantagem socioeconômica têm acesso limitado ou não garantido à justiça e apoio jurídico.<sup>191</sup> Navegar no sistema de direito de família pode ser particularmente desafiador, especialmente quando partes do sistema não são harmonizadas ou funcionam de maneiras contraditórias.<sup>192</sup> Em vários países, os departamentos dentro mesmo sistema adotaram abordagens diferentes e nem sempre compartilham informações, o que levou a decisões conflitantes e contraditórias.<sup>193</sup>

71. O acesso limitado à assistência jurídica pode levar a traumas secundários às vítimas. Na Inglaterra e no País de Gales, a legislação eliminou a assistência jurídica para a maioria das questões de direito privado de família.<sup>194</sup> As regulamentações correspondentes estabeleceram critérios segundo os quais a assistência está disponível para sobreviventes de violência doméstica, desde que possam fornecer provas prescritas.<sup>195</sup> No entanto, a pesquisa descobriu que cerca de 40 por cento das mulheres tiveram negado o acesso a aconselhamento jurídico e representação em processos de direito de família.<sup>196</sup>

72. A incapacidade de pagar uma representação legal também leva as vítimas a resolver ou mediar seus casos. Na Nova Zelândia, as mulheres estão em desvantagem nos processos do tribunal de família.<sup>197</sup> Há, no entanto, esforços documentados para resolver essas deficiências. Na Escócia, o Edinburgh Women's Aid empreendeu um projeto-piloto de um ano para fornecer aconselhamento jurídico gratuito e apoio em questões civis para sobreviventes de violência doméstica.

### XI. Conclusão e recomendações

**73. O relatório demonstra como o pseudoconceito desacreditado e não científico de alienação parental é usado em processos de direito de família por agressores como uma ferramenta para continuar seu abuso e coerção e para minar e desacreditar as alegações de violência doméstica feitas por mães que estão tentando manter seus filhos seguros. Também mostra como o padrão do melhor interesse da criança é violado ao impor o contato entre uma criança e um ou ambos os pais e priorizá-lo, mesmo quando há evidências de violência doméstica. Predominantemente por falta de formação e preconceito de gênero e de acesso a apoio jurídico, a guarda das crianças pode ser atribuída a autores de violência, apesar da evidência de antecedentes de abuso doméstico e/ou sexual. Os riscos de tais consequências são agravados para mulheres de grupos marginalizados na sociedade. O relatório discorre sobre questões sistêmicas que levam a barreiras adicionais à justiça. Juízes e avaliadores precisam deixar de focar na identificação de comportamentos contestados na disciplina de psicologia e focar nos fatos e contextos específicos de cada caso.**

---

<sup>190</sup> Envio do Comissário de Abuso Doméstico da Inglaterra e País de Gales.

<sup>191</sup> Submissão de Women against Violence Europe.

<sup>192</sup> Marianne Hester, "O modelo de três planetas: Para uma compreensão das contradições nas abordagens da segurança de mulheres e crianças em contextos de violência doméstica", *British Journal of Social Work*, vol. 41, nº 5 (2011), pp. 837–853. Veja também o envio do Monash Gender and Family Violence Centre.

<sup>193</sup> Submissão de Women against Violence Europe.

<sup>194</sup> Lei de Sentença e Punição de Infratores de Assistência Judiciária, 2012.

<sup>195</sup> Regulamentos de Assistência Jurídica Civil (Procedimento), 2014.

<sup>196</sup> Direitos das Mulheres, "Evidencing domestic violence: Almost 3 years on", Working Paper (2014), disponível em <https://rightsofwomen.org.uk/wp-content/uploads/2014/09/Evidencing-domesticviolence-V.pdf>.

<sup>197</sup> Submissões do Coletivo Nacional de Refúgios de Mulheres Independentes e SiSi.

74. Com base nessas constatações, o Relator Especial recomenda que:

- (a) Os Estados legislam para proibir o uso de alienação parental ou pseudoconceitos relacionados em casos de direito de família e o uso dos chamados especialistas em alienação parental e pseudoconceitos relacionados;
- (b) Os Estados cumprem suas responsabilidades e obrigações positivas sob o direito internacional dos direitos humanos, estabelecendo mecanismos regulares de monitoramento para supervisionar a eficácia dos sistemas de justiça familiar para vítimas de violência doméstica;
- (c) Os Estados asseguram a formação obrigatória do judiciário e de outros profissionais do sistema de justiça sobre o preconceito de gênero, a dinâmica da violência doméstica e a relação entre alegações de abuso doméstico e de alienação parental e pseudoconceitos relacionados;
- (d) Os Estados emitem e implementam orientações específicas para o judiciário sobre a necessidade de examinar cada caso com base nos fatos e julgar de forma justa, de acordo com a gama de evidências diante deles, qual resultado melhor apóia o bem-estar da criança;
- (e) Os Estados instituem sistemas de especialistas com financiamento público para fornecer informações aos tribunais sobre o melhor interesse da criança e esses especialistas são regularmente treinados sobre a dinâmica da violência doméstica e seus efeitos sobre as vítimas, incluindo crianças;
- (f) Os Estados asseguram e mantêm uma lista de especialistas aprovados para o sistema de direito de família e introduzem um mecanismo formal de reclamação e um código de prática executável que aborda conflitos de interesse e o reconhecimento de experiência para praticar nesta área;
- (g) Nenhuma avaliação deve ser feita em processos de direito de família sem consideração da lei criminal relevante e/ou processos de proteção à criança;
- (h) Quaisquer alegações ou evidências de abuso doméstico e sexual por vítimas adultas e infantis sejam claramente mencionadas nas avaliações e, se o acesso ou custódia for recomendado, uma explicação completa seja fornecida sobre o motivo de tais alegações ou evidências serem incluídas;
- (eu) Os Estados emitem orientações ao judiciário sobre quando os especialistas devem ser usados fora dos sistemas de financiamento público em casos de direito de família e garantem que os especialistas contratados sejam qualificados e regulamentados profissionalmente;
- (j) A capacitação seja obrigatória para todos os profissionais da justiça de família sobre a relação entre denúncias de alienação parental e violência doméstica e abuso sexual; tal treinamento também deve ser fornecido para combater os estereótipos de gênero e garantir a compreensão das normas legais sobre violência contra mulheres e crianças a esse respeito;
- (k) A Convenção de Haia sobre os Aspectos Cíveis do Rapto de Crianças seja revisada para proteger melhor as mulheres vítimas de abuso e seus filhos, permitindo uma defesa mais forte contra o retorno se houver violência familiar e doméstica, incorporando um entendimento de que a ordem de devolução de uma criança pode levar a um abuso sobrevivente a retornar à violência e danos, e que os tribunais com jurisdição sob a Convenção sejam obrigados a considerar a violência familiar e doméstica ao interpretar e aplicar suas disposições;
- (l) O uso de “campos de reunificação” para crianças como parte de qualquer resultado em processo judicial seja proibido;
- (m) Os Estados garantam que as crianças sejam legalmente representadas separadamente em todos os processos de direito de família contestados;
- (n) Os Estados asseguram que inquéritos independentes sejam estabelecidos sobre o uso do pseudoconceito de alienação parental e suas iterações, se for o caso;
- (o) Os Estados garantem que as opiniões da criança sejam suficientemente e independentemente representadas nos processos de direito de família e, sempre que possível, as crianças possam participar de tais processos, de acordo com sua idade, maturidade e

entendimento e todas as salvaguardas e obrigações contidas na Convenção sobre a Direitos da Criança devem ser usados;<sup>198</sup>

(p) Todas as agências e elementos do sistema de justiça, serviços estatutários e o setor de abuso doméstico trabalham juntos, e não em silos, e a coordenação adequada entre os sistemas criminal, de proteção à criança e de direito de família é assegurada por mecanismos de cooperação institucional obrigatórios ou pelo uso de estruturas judiciais integradas ;

(q) Maior disponibilidade de assistência jurídica em processos de direito de família para todas as partes disponibilizados para garantir a igualdade de armas;

(r) Dados desagregados sejam coletados, inclusive sobre a prevalência de abuso doméstico em casos de direito de família e características dos requerentes e réus em tais casos, incluindo gênero, raça, sexo, religião, deficiência e orientação sexual;

(s) Os Estados introduzem mecanismos de monitoramento para avaliar o impacto específico de políticas e procedimentos relativos à justiça familiar para grupos marginalizados de mulheres.

---

---

198 Ver D. Martinson e R. Raven (2021), "Implementing Children's Participation Rights in All Family Court Proceedings", *Family Violence and Family Law Brief*, No. 9, Vancouver, Canadá, FREDA Centre for Research on Violence against Women and Children .



# Asamblea General

Distr. general  
13 de abril de 2023  
Español  
Original: inglés

---

## Consejo de Derechos Humanos

53<sup>er</sup> período de sesiones

19 de junio a 14 de julio de 2023

Tema 3 de la agenda

**Promoción y protección de todos los derechos humanos,  
civiles, políticos, económicos, sociales y culturales,  
incluido el derecho al desarrollo**

## **Custodia, violencia contra las mujeres y violencia contra los niños**

**Informe de la Relatora Especial sobre la violencia contra  
las mujeres y las niñas, sus causas y consecuencias,  
Reem Alsalem**

### *Resumen*

El presente informe de la Relatora Especial sobre la violencia contra las mujeres y las niñas, sus causas y consecuencias, Reem Alsalem, se somete al Consejo de Derechos Humanos de conformidad con la resolución 50/7. En él se analiza el vínculo entre los litigios por la custodia de los hijos, la violencia contra las mujeres y la violencia contra los niños, y se estudia en particular el abuso del término "alienación parental" y de pseudoconceptos similares.



## I. Introducción

1. El presente informe de la Relatora Especial sobre la violencia contra las mujeres y las niñas, sus causas y consecuencias, Reem Alsalem, se ha preparado de conformidad con la resolución 50/7 del Consejo de Derechos Humanos. La Relatora Especial, junto con los demás miembros de la Plataforma de Mecanismos de Expertos Independientes sobre la Eliminación de la Discriminación y la Violencia contra la Mujer, ha expresado su preocupación por la tendencia que se observa en todas las jurisdicciones a ignorar la violencia de pareja contra la mujer al dictaminar sobre los litigios por la custodia de los hijos<sup>1</sup>. Desde que expresó específicamente esa preocupación al Brasil<sup>2</sup> y a España<sup>3</sup>, la Relatora Especial ha recibido información sobre casos de otros países en los que se ha hecho caso omiso de dicha violencia y en los que las fuerzas del orden o la autoridad judicial responsable de dictaminar sobre la custodia han penalizado a madres que habían denunciado malos tratos de su pareja. La tendencia a pasar por alto los antecedentes de violencia doméstica y malos tratos en los litigios por la custodia de los hijos se observa también en casos en que la madre o los propios hijos han presentado denuncias creíbles de abusos físicos o sexuales. En varios países, los tribunales de familia han tendido a considerar tales denuncias como un intento deliberado de la madre de manipular a sus hijos y separarlos del padre. Ese supuesto intento del progenitor que denuncia malos tratos suele denominarse “alienación parental”.

2. En el presente informe se examina la forma en que los tribunales de familia de diferentes regiones, ignorando los antecedentes de violencia doméstica, se refieren a la “alienación parental” o a pseudoconceptos similares en los litigios por la custodia de los hijos, lo que puede traducirse en una doble victimización de las víctimas de dicha violencia. También se ofrecen recomendaciones para los Estados y otras partes interesadas sobre la manera de corregir la situación.

3. Para preparar el informe, la Relatora Especial recabó contribuciones de Estados miembros, organizaciones internacionales y regionales, organizaciones no gubernamentales, universidades y víctimas, y celebró una serie de consultas en línea con partes interesadas y personas expertas. La Relatora Especial ha recibido más de un millar de contribuciones, de las cuales un gran número estaban duplicadas, en particular de organizaciones de padres (varones). La mayoría de las contribuciones procedían del grupo de Estados de Europa Occidental y otros Estados, seguido del grupo de Estados de América Latina y el Caribe, y la mayor parte de ellas se referían a cuestiones sistémicas y al impacto de la alienación parental.

## II. Actividades emprendidas por la Relatora Especial

4. La Relatora Especial siguió colaborando estrechamente con la Plataforma de Mecanismos de Expertos Independientes sobre la Eliminación de la Discriminación y la Violencia contra la Mujer, y en ese contexto contribuyó a su primer informe temático sobre la dimensión digital de la violencia contra las mujeres.

5. El 4 de octubre de 2022, la Relatora Especial presentó a la Asamblea General el informe sobre el nexo entre la crisis climática, la degradación ambiental y los desplazamientos conexos, por una parte, y la violencia contra las mujeres y las niñas, por otra<sup>4</sup>.

6. El 22 de febrero de 2023, la Relatora Especial participó en un debate organizado por el Comité para la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer en su 84º período de

<sup>1</sup> AL BRA 10/2022 y AL ESP 3/2020. Esta y las demás comunicaciones mencionadas pueden consultarse en <https://spcommreports.ohchr.org/Tmsearch/TMDocuments>. Véase también la declaración conjunta de la Plataforma de Mecanismos de Expertos Independientes sobre la Eliminación de la Discriminación y la Violencia contra la Mujer de 31 de mayo de 2019, disponible en <https://rm.coe.int/final-statement-vaw-and-custody/168094d880>.

<sup>2</sup> AL BRA 10/2022.

<sup>3</sup> AL ESP 3/2020 y AL ESP 6/2021.

<sup>4</sup> [A/77/136](https://www.unhcr.org/refugees-and-migrants/2022/10/4-october-2022-report).

sesiones sobre la representación igualitaria e inclusiva de las mujeres en los sistemas de adopción de decisiones.

7. El 6 de marzo de 2023, la Relatora Especial hizo una declaración en la sesión de apertura del 67º período de sesiones de la Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer, en Nueva York, y participó en el coloquio interactivo sobre el tema prioritario del período de sesiones.

8. La Relatora Especial realizó dos visitas a países en 2022: una a Türkiye, del 18 al 27 de julio<sup>5</sup>, y la otra a Libia, del 14 al 21 de diciembre de 2022<sup>6</sup>. En 2023, visitó Polonia del 27 de febrero al 9 de marzo.

### III. Definición y uso del pseudoconcepto de la “alienación parental”

9. No existe una definición clínica o científica de “alienación parental” que se acepte comúnmente. En general, se entiende por alienación parental una serie de actos deliberados o involuntarios que provocan un rechazo injustificado del niño hacia uno de los progenitores, normalmente el padre<sup>7</sup>.

10. El pseudoconcepto de la alienación parental fue acuñado por el psicólogo Richard Gardner, que afirmó que los niños que denuncian abusos sexuales durante los casos de divorcio muy conflictivos padecen el “síndrome de alienación parental”, provocado por la madre que hace creer a sus hijos que su padre los ha maltratado y los lleva a denunciar esos presuntos hechos<sup>8</sup>. Como remedio del síndrome, recomendó opciones draconianas como el separar totalmente al niño de la madre para “desprogramarlo”<sup>9</sup>. Argumentó que cuanto más rechazaban los niños la relación con el padre, más evidente era que sufrían el síndrome de alienación.

11. La teoría de Gardner ha sido criticada por falta de fundamento empírico, por sus afirmaciones problemáticas sobre los abusos sexuales y por convertir las denuncias de malos tratos en falsas herramientas de alienación, lo que, en algunos casos, ha disuadido a evaluadores y tribunales de examinar si se han cometido realmente los malos tratos<sup>10</sup>. La teoría ha sido desacreditada por asociaciones médicas, psiquiátricas y psicológicas, y en 2020 fue eliminada de la Clasificación Internacional de Enfermedades por la Organización Mundial de la Salud. A pesar de ello, ha ganado una gran cantidad de adeptos y muchos tribunales de familia de todo el mundo la han utilizado profusamente para desestimar alegaciones de violencia doméstica y abusos sexuales<sup>11</sup>.

<sup>5</sup> [A/HRC/53/36/Add.1](#).

<sup>6</sup> [A/HRC/53/36/Add.2](#).

<sup>7</sup> A. Barnett, “A genealogy of hostility: parental alienation in England and Wales”, *Journal of Social Welfare and Family Law*, vol. 42, núm. 1 (2020), págs. 18 a 29.

<sup>8</sup> Richard A. Gardner, *The Parental Alienation Syndrome: A Guide for Mental Health and Legal Professionals* (Creative Therapeutics, Cresskill, New Jersey, 1992) y *True and False Accusations of Child Sex Abuse* (Creative Therapeutics, Cresskill, New Jersey, 1992).

<sup>9</sup> Richard A. Gardner, *The Parental Alienation Syndrome and the Differentiation between Fabricated and Genuine Sexual Abuse* (Creative Therapeutics, Cresskill, New Jersey, 1987), págs. 225 a 230 y 240 a 242.

<sup>10</sup> Joan S. Meier, “U.S. child custody outcomes in cases involving parental alienation and abuse allegations: what do the data show?”, *Journal of Social Welfare and Family Law*, vol. 42, núm. 1 (2020), págs. 92 a 105.

<sup>11</sup> *Ibid.*; véase también Linda C. Neilson, *Parental Alienation Empirical Analysis: Child Best Interests or Parental Rights?* (FREDA Centre for Research on Violence Against Women and Children, Vancouver, Canadá, 2018); Jenny Birchall y Shazia Choudhry, *What About My Right Not to Be Abused: Domestic Abuse Human Rights and the Family Courts* (Women’s Aid Federation of England, Bristol, 2018).

## IV. La alienación parental y su relación con la violencia doméstica

### A. Invocación de la alienación parental como extensión de la violencia doméstica

12. La violencia doméstica, que afecta en particular a las mujeres y niñas, es una de las violaciones de derechos humanos más graves y generalizadas. Aunque los hombres también pueden ser víctimas de la violencia doméstica, las mujeres corren un riesgo mucho mayor y la dinámica de los malos tratos es diferente en el caso de los hombres<sup>12</sup>. Dada la prevalencia de la violencia doméstica en las relaciones de pareja<sup>13</sup>, la separación del agresor también puede ser un período muy peligroso para la víctima<sup>14</sup>. Los tribunales tienden a subestimar la importancia de las acusaciones de violencia doméstica<sup>15</sup> y a asumir suposiciones problemáticas, por ejemplo que se trata de una violencia que causa poco daño a la madre o al hijo y que cesa con la separación<sup>16</sup>. Los tribunales también suelen entender mal y subestimar las consecuencias de la violencia doméstica y sus efectos en los niños<sup>17</sup>, y tienden a dar prioridad al contacto con el padre y a concederlo. Los miembros de la judicatura incumplen así su deber de proteger a los niños de cualquier daño<sup>18</sup> y conceden al padre maltratador un acceso no supervisado a sus hijos, incluso en casos en que se ha demostrado que ha habido violencia física o sexual<sup>19</sup>.

13. En ocasiones, cuando los tribunales reconocen que se ha cometido violencia doméstica, la consideran algo del pasado<sup>20</sup>. Distintas investigaciones<sup>21</sup> y comunicaciones recibidas demuestran que los autores de violencia doméstica también pueden aprovecharse de los litigios de derecho de familia para seguir ejerciendo violencia contra sus víctimas<sup>22</sup>, provocándoles una traumatización secundaria. En este contexto, la alienación parental puede emplearse como una táctica útil. Según un análisis empírico de 357 casos de alienación parental en el Canadá realizado en 2018, en el 41,5 % de los casos se habían hecho acusaciones de violencia doméstica o maltrato infantil, y en el 76,8 % de estos últimos casos el presunto maltratador alegó alienación<sup>23</sup>. En otro estudio, se alegó alienación parental en

<sup>12</sup> Marianne Hester, “Who does what to whom? gender and domestic violence perpetrators in English police records”, *European Journal of Criminology*, vol. 10, núm. 5 (2013), págs. 623 a 663.

<sup>13</sup> Según las estimaciones de la Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito, más de la mitad de los homicidios de mujeres y niñas ocurridos en 2021 en todo el mundo fueron cometidos por su pareja o por familiares.

<sup>14</sup> Lynne Harne, *Violent Fathering and the Risks to Children: The Need for Change*, (Bristol University Press, Policy Press, 2011). Véase también la contribución de Patricia Fernández.

<sup>15</sup> Linda C. Neilson, *Spousal abuse, children and the legal system*, final report for the Canadian Bar Association (Law for the Futures Fund, University of New Brunswick, 2001).

<sup>16</sup> Susan B. Boyd y Ruben Lindy, “Violence against women and the B.C. Family Law Act: early jurisprudence”, *Canadian Family Law Quarterly*, vol. 35, núm. 2 (2016), págs. 136 y 137. Véase también la contribución de la NANE Women’s Rights Association.

<sup>17</sup> Donna Martinson y Margaret Jackson, “Family violence and evolving judicial roles: judges as equality guardians in family law cases”, *Canadian Journal of Family Law*, vol. 30, núm. 1 (2017), pág. 11.

<sup>18</sup> Adrienne Barnett, “Contact at all costs? Domestic violence and children’s welfare”, *Child and Family Law Quarterly*, vol. 26 (2014), págs. 439 a 462; véase también J. Birchall y S. Choudhry, *What About My Right Not to Be Abused*.

<sup>19</sup> Yvonne Woodhead y otros, “Family court judges’ decisions regarding post-separation care arrangements for young children”, *Psychiatry, Psychology, and Law*, vol. 22, núm. 4 (2015), pág. 52.

<sup>20</sup> Susan B. Boyd y Ruben Lindy, “Violence against women and the B.C. Family Law Act”.

<sup>21</sup> Daniel George Saunders y Katherine H. Oglesby, “No way to turn: Traps encountered by many battered women with negative child custody experiences”, *Journal of Child Custody*, vol. 13, núm. 2–3 (2016), págs. 154 a 177; Lynne Harne, *Violent Fathering and the Risks to Children*.

<sup>22</sup> Contribución del Backbone Collective.

<sup>23</sup> L.C. Neilson, *Spousal abuse, children and the legal system*.



los 20 casos analizados de control coercitivo y abuso sexual de niños, e incluso cuando no se invocó expresamente, las ideas en que se basa estaban presentes<sup>24</sup>.

14. La acusación de alienación parental presenta un componente de género muy elevado<sup>25</sup> y se utiliza con frecuencia contra la madre<sup>26</sup>. Según un estudio realizado en el Brasil, la mujer era acusada de alienación parental en el 66 % de los casos, frente al 17 % de los casos en que se acusaba al hombre, y los hombres hacían más acusaciones infundadas que las mujeres<sup>27</sup>. En Italia, la acusación también se utilizaba de forma abrumadora contra la madre<sup>28</sup>.

15. Uno de los patrones sexistas del recurso a la alienación parental es la caracterización de la madre como un ser vengativo y delirante por su pareja, los tribunales y los testigos periciales<sup>29</sup>. En un gran número de casos, las madres que se oponen al contacto de los hijos con el padre o intentan restringirlo, o que expresan reservas, son consideradas por los evaluadores como obstructivas o malintencionadas<sup>30</sup>, lo que refleja la tendencia generalizada a culpar a la madre<sup>31</sup>.

16. Las alegaciones de que la madre aliena al niño se utilizan a menudo para justificar que el conceder la custodia a la madre no redundaría en el interés superior del niño, ya que no facilitaría el contacto con el padre<sup>32</sup>. Como se señala en varias contribuciones<sup>33</sup>, el nexo entre violencia doméstica y alienación parental se oscurece a menudo en los sistemas de derecho de familia, en detrimento de las víctimas de la violencia. Las madres protectoras se encuentran en una posición injusta, pues si insisten en presentar pruebas de violencia doméstica o maltrato infantil podría interpretarse que están tratando de alienar a sus hijos del padre, lo que podría hacerles perder la custodia como cuidadora principal o el contacto con sus hijos<sup>34</sup>.

17. La acusación de alienación parental tiende a convertirse en una profecía que se cumple a sí misma. En cuanto se considera que uno de los progenitores es “alienante”, “implacable” o que “no escucha”, se pueden prejuzgar sus actos u omisiones<sup>35</sup>. Como consecuencia de ello, las denuncias de violencia doméstica quedan relegadas a un segundo plano como hecho aislado<sup>36</sup>, reduciendo la violencia doméstica a un conflicto de poca importancia y estigmatizando y patologizando a mujeres y niños<sup>37</sup>.

18. Las consecuencias de las resoluciones sesgadas sobre la custodia de los hijos pueden ser catastróficas. Se han dado casos en que padres con antecedentes violentos han utilizado

<sup>24</sup> Pierre-Guillaume-Prigent y Gwénola Sueur, «À qui profite la pseudo-théorie de l’aliénation parentale?», *Délibérée*, vol. 9 (2020), págs. 57 a 62.

<sup>25</sup> E. Sheehy y S.B. Boyd, “Penalizing women’s fear: intimate partner violence and parental alienation in Canadian child custody cases”, *Journal of Social Welfare and Family Law*, vol. 42, núm. 1 (2020), págs. 80 a 91. Véanse también las contribuciones de la Australia’s National Research Organization for Women’s Safety y la National Association of Women and the Law.

<sup>26</sup> Contribución de Differenza Donna.

<sup>27</sup> Paula Inez Cunha Gomide y otros, “Analysis of the psychometric properties of a parental alienation scale”, *Paidéia*, vol. 26, núm. 65 (2016), págs. 291 a 298.

<sup>28</sup> Contribución de Differenza Donna.

<sup>29</sup> Adrienne Barnett, “Greater than the mere sum of its parts: Coercive control and the question of proof”, *Child and Family Law Quarterly*, vol. 29, núm. 4 (2017), págs. 379 a 400.

<sup>30</sup> Véase J. Birchall y S. Choudhry, *What About My Right Not to Be Abused*; véase también A. Barnett, “Contact at all costs? (2014) y “Greater than the mere sum of its parts” (2017).

<sup>31</sup> Patrizia Romito, *A Deafening Silence: Hidden Violence against Women and Children* (Bristol, Bristol University Press, 2008).

<sup>32</sup> Declaración conjunta de la Plataforma de Mecanismos de Expertos Independientes.

<sup>33</sup> Contribuciones de la Comisionada para las Víctimas de la Región Metropolitana de Londres y del SHERA Research Group.

<sup>34</sup> L.C. Neilson, *Parental Alienation Empirical Analysis*.

<sup>35</sup> Briony Palmer, “Have we created a monster? Intractable contact disputes and parental alienation in context”, *Family Law Week*, Association for Shared Parenting (2017).

<sup>36</sup> Zoe Rathus, “A history of the use of the pseudo-concept of parental alienation in the Australian family law system: contradictions, collisions and their consequences”, *Journal of Social Welfare and Family Law*, vol. 42, núm. 1 (2020), págs. 5 a 17.

<sup>37</sup> P-G. Prigent y G. Sueur, «À qui profite la pseudo-théorie de l’aliénation parentale?».

el derecho de visita<sup>38</sup> para matar a sus hijos o amenazar, pistola en mano, a la madre y los hijos<sup>39</sup>. En algunos casos se ha encarcelado a mujeres por incumplir la sentencia sobre la custodia o se han anulado órdenes de alejamiento que protegían a la madre<sup>40</sup>.

19. La alienación parental puede tener un impacto significativo en las resoluciones sobre la custodia. En los Estados Unidos de América, los datos muestran una diferencia significativa entre el porcentaje de madres y padres que pierden la custodia porque el otro progenitor alega alienación. Cuando el padre acusa de alienación a la madre, se retira a esta la custodia en el 44 % de las ocasiones. Cuando la situación se invierte, el padre solo pierde la custodia el 28 % de las veces. Es decir, cuando se alega alienación la madre tiene el doble de probabilidades de perder la custodia que el padre. Esa situación hace que, según las estimaciones, cada año se asigne a 58.000 niños estadounidenses a entornos familiares peligrosos<sup>41</sup>. En Nueva Zelanda, entre el 55 % y el 62 % de las madres que respondieron a una encuesta afirmaron haber sido acusadas de alienación parental, lo que en muchos casos había desviado la atención de los tribunales de sus denuncias legítimas de malos tratos<sup>42</sup>.

## B. Tácticas para desvirtuar las denuncias de violencia doméstica

20. Existen distintas formas en que las denuncias de violencia doméstica son ignoradas y deslegitimadas al invocar la alienación parental:

a) Haciendo caso omiso de los antecedentes de violencia doméstica contra la madre o los hijos en las resoluciones sobre la custodia y los derechos de visita, como se ha puesto de manifiesto en países como Dinamarca<sup>43</sup>, Italia<sup>44</sup> y Ucrania<sup>45</sup>. En Italia se ha señalado la invisibilidad de la violencia de género y la violencia doméstica en los tribunales civiles<sup>46</sup>, y un informe de 2022 reveló que en el 96 % de las separaciones en que había violencia doméstica, los tribunales no consideraban que la violencia fuera relevante para la custodia de los hijos<sup>47</sup>. En algunos países, como Hungría<sup>48</sup>, el hecho de que la ley no obligue a los tribunales a examinar los antecedentes violentos promueve que la violencia doméstica se pase por alto;

b) Dejando sin efecto los intentos de examinar escrupulosamente la violencia doméstica. En 2017, una Comisión Parlamentaria de Investigación del Brasil encontró una correlación entre la alienación parental, la violencia doméstica y los abusos sexuales. Sin embargo, abogados y expertos defensores de la alienación parental presionaron para que no se tomaran medidas de protección de las víctimas;

c) Hay tribunales que, a pesar de que existían antecedentes de violencia doméstica, han invocado el pseudoconcepto de la alienación parental o han culpado a la madre de aislar deliberadamente a los hijos de su padre, incluso cuando la seguridad de la madre o de los hijos estaba en peligro. Esta situación se ha señalado en las contribuciones recibidas de entidades de Irlanda<sup>49</sup>, Israel<sup>50</sup>, Turquía<sup>51</sup> y Ucrania<sup>52</sup>;

<sup>38</sup> Contribuciones de Mamy Mówią DOŚĆ y la Women's Aid Federation of England.

<sup>39</sup> Contribución de *Mor Çatu Kadın Sığınağı Vakfı*.

<sup>40</sup> Contribución de *Líf án ofbeldis*.

<sup>41</sup> Joan S. Meier y Sean Dickson, "Mapping gender: Shedding empirical light on family courts' treatment of cases involving abuse and alienation", *Minnesota Journal of Law & Inequality*, vol. 35, núm. 2 (2017), págs. 311 a 334.

<sup>42</sup> Contribución del Backbone Collective.

<sup>43</sup> Contribución de *Landsorganisation af Kvindekrisecentre*.

<sup>44</sup> Contribuciones de Donne in Rete contro la violenza y Pangea Foundation Onlus.

<sup>45</sup> Contribución de Centre Women's Perspectives.

<sup>46</sup> Senado de Italia, Comisión Parlamentaria (doc. XXII-BIS, núm. 4).

<sup>47</sup> *Ibid.* (doc. XXII-BIS, núm. 10).

<sup>48</sup> Contribución de la NANE Women's Rights Association.

<sup>49</sup> Contribución de Women's Aid Ireland.

<sup>50</sup> Contribución del Rackman Centre for the Advancement of the Status of Women.

<sup>51</sup> Contribución de Cemre Topal.

<sup>52</sup> Contribución de Centre Women's Perspectives y el Human Rights in Democracy Centre.

d) Según una comunicación recibida del Japón, incluso en los casos en que se han reconocido los antecedentes de violencia doméstica, se ha acusado a la madre de ser egoísta por no soportar los malos tratos y no sacrificarse por el bien de sus hijos<sup>53</sup>.

21. Al ignorar o menospreciar la violencia doméstica en una familia, no reconociéndola en sus resoluciones, los tribunales presentan la violencia doméstica como una excepción y no como la norma en los casos de alienación parental.

## V. Impacto de la alienación parental en el interés superior del niño

22. En el contexto de la violencia doméstica, los tribunales tienen la obligación de escuchar la versión de los hijos sobre dicha violencia y de dar una respuesta que valide su vivencia, garantizando con ello que sus resoluciones estén mejor informadas y promuevan la seguridad y el bienestar del niño<sup>54</sup>. Sin embargo, las investigaciones demuestran que las opiniones de los hijos se integran de forma selectiva, dependiendo de si concuerdan o no con la tendencia predominante a “favorecer el contacto” con ambos progenitores<sup>55</sup>, como en Croacia<sup>56</sup>.

23. Cuando se adopta una decisión sobre la custodia favorable al progenitor que alega alienación sin tener suficientemente en cuenta la opinión del niño, este ve mermada su resiliencia y sigue expuesto a sufrir daños duraderos. En esos casos también puede cercenarse el vínculo estable y seguro del niño con el progenitor que era su cuidador principal y no lo maltrataba<sup>57</sup>. En contribuciones de Australia<sup>58</sup>, Austria<sup>59</sup>, el Brasil<sup>60</sup>, Colombia<sup>61</sup>, Alemania<sup>62</sup> y el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte<sup>63</sup> se señalan casos en que se separó a los hijos del cuidador principal y se los obligó a residir con el progenitor maltratador, al que se resisten. Además, en las comunicaciones se señalan casos de servicios policiales de protección de la infancia que han hecho cumplir órdenes de visita y de custodia en casos en los que el niño claramente no deseaba ver a su padre<sup>64</sup>, traumatizando tanto al niño como a la madre<sup>65</sup>.

24. Algunos países han establecido buenas prácticas centradas en la participación de los hijos y en el interés superior del niño. Por ejemplo, en los casos en que un niño es reacio o se resiste a establecer contacto con el progenitor-maltratador no residente, la Comisionada para el Maltrato en el Hogar de Inglaterra y Gales ha preparado un protocolo de actuación basado en el prisma del trauma que reconoce que la estrategia de culpar al progenitor residente de dicha resistencia puede formar parte de un patrón de control coercitivo<sup>66</sup>. En Escocia, una funcionaria o funcionario encargado de los derechos del niño en casos de maltrato en el hogar atiende a los niños que han sufrido violencia doméstica y aporta sus opiniones directamente

<sup>53</sup> Contribución de Minato Sogo Law Office (Japón).

<sup>54</sup> Gillian S. MacDonald, “Hearing children’s voices? Including children’s perspectives on their experiences of domestic violence in welfare reports prepared for the English courts in private family law proceedings”, *Child Abuse and Neglect*, vol. 65 (2017), págs. 1 a 13.

<sup>55</sup> Louise Caffrey, “Hearing the ‘voice of the child’? The role of child contact centres in the family justice system”, *Child and Family Law Quarterly*, vol. 25, núm. 4 (2013), págs. 357 a 379; G.S. Macdonald, “Hearing children’s voices?”.

<sup>56</sup> Contribución de Autonomous Women’s House Zagreb.

<sup>57</sup> Sandra A. Graham-Bermann y otros, “Factors discriminating among profiles of resilience and psychopathology in children exposed to intimate partner violence”, *Child Abuse and Neglect*, vol. 33, núm. 9 (2009), págs. 648 a 660.

<sup>58</sup> Contribución de Women in Hiding.

<sup>59</sup> Contribución de Suzanne Wunderer.

<sup>60</sup> Contribuciones del SHERA Research Group y Paola Matosi.

<sup>61</sup> Contribuciones de Diana Rodríguez y el Ministerio de Justicia.

<sup>62</sup> Contribución de la Association of Single Mothers and Fathers.

<sup>63</sup> Contribución de la Comisionada para el Maltrato en el Hogar de Inglaterra y Gales.

<sup>64</sup> Contribuciones de Diana Rodríguez y el Ministerio de Justicia; Now y otros; Federation of Mother and Child Homes and Shelters; Association to Assist Women and Mothers; y Diotima Centre.

<sup>65</sup> Contribución de la Comisionada para el Maltrato en el Hogar de Inglaterra y Gales.

<sup>66</sup> *Ibid.*

en los litigios en que una de las partes se opone al contacto de los hijos con el otro progenitor, sin necesidad de una orden judicial<sup>67</sup>.

25. En México, la Suprema Corte de Justicia de la Nación intervino para detener dos intentos de introducir una disposición específica que reconociera la alienación parental, que se habría traducido en la posible pérdida de la patria potestad del presunto progenitor alienador y en una violación de los derechos del niño en los litigios por la custodia. En el primer caso, en el estado de Oaxaca, en 2016, la Corte declaró la disposición parcialmente inconstitucional por vulnerar el principio de la autonomía progresiva del niño y el derecho de los menores a ser oídos en los procedimientos judiciales<sup>68</sup>. En el segundo, en el estado de Baja California en 2017, la Corte declaró inconstitucional una disposición similar por considerar que la suspensión o pérdida de la patria potestad como consecuencia de la alienación parental atentaba contra el interés superior del niño. La Suprema Corte señaló que la pérdida de la patria potestad en forma alguna se traduciría en una medida idónea para proteger los derechos del menor, sino que era susceptible de generar afectaciones indebidas e injustificadas en sus derechos al sano desarrollo personal y a mantener relaciones afectivas con ambos progenitores. La Corte dictaminó también que era susceptible de generar cambios en el entorno del menor que podían ser vividos por él en forma negativa, haciendo factible que el niño pudiera resultar finalmente revictimizado con dicha medida<sup>69</sup>.

## VI. Normas y prácticas internacionales y regionales pertinentes

### A. Normas jurídicas que rigen las cuestiones relativas a la custodia, incluida la invocación de la alienación parental

26. El Comité para la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer ha señalado que los papeles estereotipados de la mujer y el hombre también se manifiestan como estereotipos y prejuicios de género en los sistemas judiciales que dan lugar a casos de denegación de justicia efectiva a mujeres y otras víctimas de la violencia<sup>70</sup>. El Comité ha exhortado a los Estados a velar por que los estereotipos de género se aborden y combatan adecuadamente. En 2014, en su decisión sobre el caso *González Carreño c. España*, el Comité recomendó que se tuvieran en cuenta los antecedentes de violencia doméstica al decidir sobre el régimen de visitas para que no se pusiera en peligro a la madre o a los hijos<sup>71</sup>.

27. El hecho de no tener en cuenta la violencia en la pareja y la violencia contra los hijos en las decisiones sobre la custodia y el régimen de visitas constituye una violación de los derechos del niño y del principio del interés superior del niño. El artículo 12 de la Convención sobre los Derechos del Niño establece que los Estados partes garantizarán a los niños que estén en condiciones de formarse un juicio propio el derecho de expresar su opinión libremente en todos los asuntos que los afecten, y que deberán tenerse debidamente en cuenta las opiniones de los niños, en función de su edad y madurez. Establece también que se dará a los niños oportunidad de ser oídos en todo procedimiento judicial o administrativo que los afecte, ya sea directamente o por medio de un representante o de un órgano apropiado. El artículo 19 establece el derecho de los niños a ser protegidos contra toda forma de perjuicio o abuso físico o mental, descuido o trato negligente, malos tratos o explotación, incluido el abuso sexual, mientras el niño se encuentre bajo la custodia de los padres, de un representante legal o de cualquier otra persona que lo tenga a su cargo.

28. Distintos tratados regionales de derechos humanos también se han ocupado de las cuestiones de la custodia parental y su relación con la violencia contra las mujeres y los niños. Los artículos 31 y 45 del Convenio del Consejo de Europa sobre Prevención y Lucha contra la Violencia contra las Mujeres y la Violencia Doméstica exigen a las autoridades judiciales

<sup>67</sup> Contribución de Martha Scott.

<sup>68</sup> Gobierno del Estado de Oaxaca (México) (Official Journal of the Federation).

<sup>69</sup> *Ibid.*

<sup>70</sup> Véase CEDAW/C/GC/33.

<sup>71</sup> Véase CEDAW/C/58/D/47/2012.

que no establezcan derechos de visita sin tener en cuenta los incidentes de violencia contra el cuidador no maltratador y el niño y que impongan sanciones “efectivas, proporcionales y disuasivas”. En sus labores de supervisión hasta la fecha, el Grupo de Expertos en la Lucha contra la Violencia contra las Mujeres y la Violencia Doméstica ha destacado los puntos fuertes y débiles de los Estados partes en cuanto a la aplicación de los dos artículos en relación con las víctimas de violencia doméstica, incluida la invocación generalizada de la alienación parental como medio de minimizar las pruebas de violencia doméstica<sup>72</sup>. En su tercer informe general<sup>73</sup>, el Grupo de Expertos definió 12 actuaciones transversales, entre ellas la necesidad de “garantizar que los profesionales pertinentes estén informados de la falta de fundamento científico del ‘síndrome de alienación parental’ y del recurso al concepto de ‘alienación parental’ en el contexto de la violencia doméstica contra las mujeres”. El Grupo también presentó observaciones por escrito al Tribunal Europeo de Derechos Humanos en relación con el asunto de *Kurt c. Austria*<sup>74</sup>, sobre el asesinato de un niño de 8 años a manos de su padre después de que la madre denunciara actos de violencia doméstica.

29. El Convenio Europeo de Derechos Humanos reconoce que la violencia doméstica entra en el ámbito de aplicación de sus artículos 2, 3, 8 y 14<sup>75</sup> y que el calificar a la madre de “progenitor no cooperador” o amenazarla con juzgarla por sustracción de menores por negarse a permitir el contacto entre sus hijos y el padre en los casos en que este ha cometido actos de violencia constituye una violación del derecho a la vida familiar, protegido por el artículo 8<sup>76</sup>.

30. En el artículo 7 de la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer, los Estados partes “condenan a todas las formas de violencia contra la mujer y convienen en adoptar, por todos los medios apropiados y sin dilaciones, políticas orientadas a prevenir, sancionar y erradicar dicha violencia”, y en “actuar con la debida diligencia para prevenir, investigar y sancionar la violencia contra la mujer”.

31. Por último, el Protocolo de la Carta Africana de Derechos Humanos y de los Pueblos relativo a los Derechos de la Mujer en África (Protocolo de Maputo) dispone explícitamente, en su artículo 7, que “en caso de separación, divorcio o anulación del matrimonio, la mujer y el hombre tendrán responsabilidades y derechos recíprocos para con sus hijos. En cualquier caso, se concederá una importancia primordial a los intereses de los hijos”.

## **B. Actuaciones de los mecanismos de derechos humanos en cuanto a la prevención de la violencia contra las mujeres y los niños en el contexto de la custodia**

32. Varios mecanismos internacionales y regionales reconocen la importancia de tener en cuenta los antecedentes y la prevalencia de la violencia doméstica cuando se tome una decisión en los litigios por la custodia de los hijos, así como de reconocer la invocación de la alienación parental como extensión de la violencia doméstica. El Comité para la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer ha recordado la responsabilidad del Estado de considerar “las necesidades específicas de las mujeres y los niños a la hora de determinar la custodia de los hijos en los casos de violencia de género en el ámbito doméstico”<sup>77</sup>, así como de “adoptar medidas para garantizar que el factor de la violencia doméstica se tenga en cuenta a la hora de otorgar la custodia de un hijo”<sup>78</sup>. Además, el Comité ha afirmado que “los

<sup>72</sup> Consejo de Europa, tercer informe general del Grupo de Expertos en la Lucha contra la Violencia contra las Mujeres y la Violencia Doméstica (2022), disponible en <https://www.coe.int/en/web/istanbul-convention/-/3rd-general-report-on-grevio-s-activities#>.

<sup>73</sup> *Ibid.*

<sup>74</sup> Demanda núm. 62903/15.

<sup>75</sup> Véase *Opuz v. Turkey*, demanda núm. 33401/02, 9 de junio de 2009; *Talpis v. Italy*, demanda núm. 41237/14, 2 de marzo de 2017; *Kurt v Austria*, demanda núm. 62903/15, 15 de junio de 2021; y *Landi v. Italy*, demanda núm. 10929/19, 7 de abril de 2022.

<sup>76</sup> Véase *I. M. and Others v. Italy*, demanda núm. 25426/20, 10 de noviembre de 2022; y *Bevaquca v. Bulgaria*, demanda núm. 71127/01, 12 de junio de 2008.

<sup>77</sup> CEDAW/C/CR/CO/7, párr. 43 a).

<sup>78</sup> CEDAW/C/FIN/CO/7, párr. 39 c).

derechos o reclamaciones de los autores o presuntos autores durante y después de los procedimientos judiciales [...] deberían determinarse a la luz de los derechos humanos de las mujeres y los niños a la vida y la integridad física, sexual y psicológica y regirse por el principio del interés superior del niño”<sup>79</sup>.

33. Con respecto al pseudoconcepto de la alienación parental, el Comité ha emitido una serie de observaciones finales en las que ordena al Estado parte que prohíba la invocación de la alienación parental en los tribunales y que imparta una formación obligatoria a las autoridades judiciales sobre la violencia doméstica y su impacto en los niños<sup>80</sup>. El Comité expresó su preocupación por el efecto negativo de los grupos defensores de los derechos de los padres (varones) y del discurso público sobre el denominado “síndrome de distanciamiento entre padre e hijos” en Costa Rica, y recomendó al Estado parte que “adopte todas las medidas necesarias para desalentar el uso del ‘síndrome de distanciamiento entre padre e hijos’ por parte de los expertos y los tribunales en los casos de custodia”<sup>81</sup>. También adoptó una postura similar con respecto a Nueva Zelanda<sup>82</sup> e Italia<sup>83</sup>.

34. El Comité de los Derechos del Niño ha publicado varias observaciones generales<sup>84</sup> pertinentes para los litigios de derecho de familia, en particular sobre el derecho del niño a ser oído, a no sufrir violencia y a que su interés superior sea una consideración primordial. Entre las decisiones del Comité, un caso se refiere a un padre que alegaba que el Paraguay no había hecho cumplir un régimen de visitas y contacto entre él y su hija<sup>85</sup>. En una decisión ambivalente, el Comité afirmó la importancia de evitar las consecuencias negativas cuando un progenitor se niega a permitir el contacto de los hijos con el progenitor no residente, al tiempo que habló de una situación de “alienación gradual”<sup>86</sup>. Varias personas expertas han lamentado el uso de tales etiquetas diagnósticas y señalado que el Comité debería haber evitado sentar un precedente que dé pie a nuevos abusos y tergiversaciones de las actitudes de los progenitores en litigios muy complejos de derecho de familia<sup>87</sup>.

35. Asimismo, el Comité de Expertas del Mecanismo de Seguimiento de la Convención de Belém do Pará ha subrayado la obligación de los Estados partes de “tomar todas las medidas apropiadas, incluyendo medidas de tipo legislativo, para modificar o abolir leyes y reglamentos vigentes, o para modificar prácticas jurídicas o consuetudinarias que respalden la persistencia o la tolerancia de la violencia contra la mujer”, en particular en el contexto del uso del controvertido pseudoconcepto de la alienación parental contra las mujeres<sup>88</sup>. En 2022, el Comité y la Relatora Especial instaron a los Estados partes a que prohibieran expresamente el uso del síndrome de alienación parental en los procedimientos judiciales para no colocar en una situación de vulnerabilidad tanto a las niñas y niños como a las madres<sup>89</sup>, y agregaron que esa figura podría utilizarse como un *continuum* de violencia de género y generar responsabilidad a los Estados por violencia institucional<sup>90</sup>.

<sup>79</sup> CEDAW/C/GC/35, párr. 31 ii).

<sup>80</sup> CEDAW/C/ESP/CO/7-8, párrs. 38 y 39, CEDAW/C/RUS/CO/8, párr. 46 c), CEDAW/C/CAN/CO/8-9, párr. 57, y CEDAW/C/SWE/10, párr. 46 a).

<sup>81</sup> CEDAW/C/CRI/CO/7, párr. 43 b).

<sup>82</sup> CEDAW/C/NZL/CO/8, párr. 48 d).

<sup>83</sup> CEDAW/C/ITA/CO/7, párrs. 51 y 51 a).

<sup>84</sup> CRC/C/GC/12, CRC/C/GC/13 y CRC/C/GC/14.

<sup>85</sup> CRC/C/83/D/30/2017.

<sup>86</sup> *Ibid.*, párr. 8.7.

<sup>87</sup> Véase, por ejemplo, la opinión de N. E. Yaksic, Communication No. 30/2017 *N.R. v. Paraguay*, Leiden Children’s Rights Observatory, Universidad de Leiden.

<sup>88</sup> Declaración conjunta del Comité de Expertas del Mecanismo de Seguimiento de la Convención de Belém do Pará y la Relatora Especial publicada el 12 de agosto de 2022, disponible en <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/women/sr/2022-08-15/Communique-Parental-Alienation-SP.pdf>.

<sup>89</sup> *Ibid.*

<sup>90</sup> *Ibid.*

### C. Aplicación sexista del Convenio sobre los Aspectos Civiles de la Sustracción Internacional de Menores

36. El Convenio de La Haya sobre los Aspectos Civiles de la Sustracción Internacional de Menores (1980) se ocupa de la sustracción internacional de menores por sus progenitores y establece un proceso expeditivo para la restitución del menor sustraído de su residencia habitual en el territorio de un Estado parte en el Convenio por uno de sus progenitores al territorio de otro Estado parte para que los tribunales de esa jurisdicción puedan resolver un litigio sobre la custodia. Sin embargo, el Convenio no aborda la cuestión de la violencia doméstica ni incluye protecciones para las madres maltratadas<sup>91</sup>. Como consecuencia de ello, cuando una madre huye con sus hijos de un país a otro, los tribunales pueden considerarla como progenitor “sustractor” en virtud del Convenio.

37. Alrededor de tres cuartas partes de los casos presentados en virtud del Convenio de La Haya son contra la madre, que en la mayoría de los casos huye de la violencia doméstica o trata de proteger a sus hijos de los malos tratos<sup>92</sup>. El artículo 13 del Convenio establece que las órdenes de restitución del menor pueden ser rechazadas si existe un “grave riesgo” de daño. Sin embargo, los tribunales se han mostrado reacios a aceptar la exposición a la violencia doméstica como motivo para no devolver al menor a otro Estado parte. En algunos casos, los tribunales han devuelto menores a su país de residencia habitual incluso cuando han determinado que habían sido víctimas de violencia<sup>93</sup>, obligando con frecuencia a la madre y a los hijos a regresar a situaciones de maltrato y peligro para su vida<sup>94</sup>. Las mujeres migrantes que regresan a su país de origen en busca del apoyo de su familia enfrentan obstáculos adicionales si se las obliga a volver acusándolas de sustracción de menores<sup>95</sup>.

38. No obstante, algunos tribunales sí tienen en cuenta la violencia familiar y doméstica cuando interpretan y aplican el Convenio de La Haya. En el caso de una mujer neozelandesa, el Tribunal de Apelación de su país falló que tanto la vivencia de la madre como sobreviviente de violencia familiar y doméstica como su posible futuro en Australia eran pertinentes para interpretar la excepción permitida por motivo de grave riesgo y, en consecuencia, se negó a ordenar la restitución del menor<sup>96</sup>.

39. En un intento de corregir las deficiencias del Convenio de La Haya, el Gobierno de Australia aprobó una ley que obliga a los tribunales australianos a examinar las denuncias de violencia familiar y doméstica antes de dictar cualquier orden de restitución de menores en virtud del Convenio<sup>97</sup>.

## VII. Relación entre la alienación parental y los abusos sexuales de niños

40. La relación entre la alienación parental y los abusos sexuales de niños se desprende de los orígenes de aquella como pseudoconcepto y de la elevada incidencia de estos en el contexto de la violencia doméstica. Aunque Gardner reconoció la prevalencia de las denuncias de abuso sexual de niños en los litigios por la custodia, tachó muchas de esas denuncias de falsas, presentadas por la madre para alejar al hijo del padre<sup>98</sup>. Al presentar a la madre como una mentirosa que “abusa emocionalmente” de sus hijos, la etiqueta de

<sup>91</sup> Adriana De Ruiter, “40 years of the Hague Convention on child abduction: legal and societal changes in the rights of a child”, Parlamento Europeo, noviembre de 2020.

<sup>92</sup> Conferencia de La Haya de Derecho Internacional Privado, séptima reunión de la Comisión Especial sobre el Funcionamiento Práctico del Convenio de La Haya de 1980 sobre la Sustracción Internacional de Menores y del Convenio La Haya de 1996 sobre la Protección de la Infancia (octubre de 2017).

<sup>93</sup> Contribución confidencial de Francia.

<sup>94</sup> Contribución de la University College London.

<sup>95</sup> Contribución confidencial de Francia.

<sup>96</sup> Tribunal de Apelación de Nueva Zelanda, *Lrr v. Col*, CA743/2018, [2020] NZCA 209.

<sup>97</sup> Gobierno de Australia, “Ensuring family safety in Australian Hague Convention cases” (12 de diciembre de 2022).

<sup>98</sup> R. A. Gardner, *The Parental Alienation Syndrome*.

alienación parental desvía la atención de los tribunales de la cuestión de si el padre es maltratador y coloca el foco en la madre o sus hijos, supuestamente mentirosos o engañados<sup>99</sup>.

41. En las contribuciones de la Argentina, Bolivia (Estado Plurinacional de), el Brasil<sup>100</sup>, Colombia<sup>101</sup>, Islandia, México<sup>102</sup>, Puerto Rico y el Uruguay se muestra cómo utilizan los hombres el síndrome de alienación parental para dejar sin efecto las denuncias de abusos físicos, sexuales o emocionales por medios legales<sup>103</sup>. En una contribución de Francia<sup>104</sup> se describen casos en que se retiró la custodia a la madre, que había denunciado abusos sexuales corroborados por exámenes psicológicos, y se entregó al padre (el agresor) después de que este invocara alienación parental.

42. Hay agresores sexuales de niños que han invocado alienación parental para limitar, obstruir o deslegitimar los avances en la protección de los derechos de los niños víctimas<sup>105</sup>. En el Brasil<sup>106</sup>, el reconocimiento de la alienación parental en la legislación<sup>107</sup> y la imposición de sanciones por los actos de alienación parental también han facilitado su uso como defensa de los abusos sexuales.

## VIII. Impacto desproporcionado en las mujeres de grupos minoritarios

43. Las mujeres pertenecientes a minorías enfrentan obstáculos adicionales en relación con la alienación parental, como el acceso a la justicia y los estereotipos negativos<sup>108</sup>. En las respuestas a una encuesta realizada en el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte, las mujeres afrocaribeñas consideraban a los jueces desconectados de la realidad y sentenciosos, mientras que las mujeres surasiáticas y afrocaribeñas se sentían presionadas por el personal de los servicios sociales designado por los tribunales para que dieran una oportunidad al hombre, incluso cuando se había demostrado poco fiable en reiteradas ocasiones y había sido condenado a prisión<sup>109</sup>. La mayoría de las mujeres afirmaron sentirse revictimizadas y “muy menospreciadas, muy infravaloradas, no escuchadas realmente” por los profesionales<sup>110</sup>.

44. Según las contribuciones recibidas, en Italia la victimización secundaria es más evidente en las víctimas de la trata y las mujeres migrantes<sup>111</sup>. Muchas mujeres migrantes son “consideradas malas madres, incapaces de proteger y cuidar a sus hijos”, que con frecuencia son internados en hogares colectivos<sup>112</sup>. En Irlanda, las mujeres migrantes cuya pareja es de origen irlandés también tienen dificultades<sup>113</sup>. En Portugal, mientras que a las mujeres migrantes se las acusa de alienación parental, se considera que las mujeres con estudios no encajan en la imagen dominante de las víctimas de violencia doméstica<sup>114</sup>. En Austria<sup>115</sup> y el Japón<sup>116</sup>, las madres migrantes se encuentran en una situación de especial desventaja debido

<sup>99</sup> Joan S. Meier, “Getting real about abuse and alienation: A critique of Drozd and Olesen’s decision tree”, *Journal of Child Custody*, vol. 7, núm. 4 (2010), págs. 228 y 229.

<sup>100</sup> Contribución de Cláudia Galiberne Ferreira.

<sup>101</sup> Contribuciones de Diana Rodríguez y Alexandra Correa.

<sup>102</sup> Contribución de Líf án ofbeldis.

<sup>103</sup> Contribución de Equality Now y otros.

<sup>104</sup> Contribución confidencial de Francia.

<sup>105</sup> Contribución de Carlos Rozanski.

<sup>106</sup> Contribución de Cláudia Galiberne Ferreira.

<sup>107</sup> Ley núm. 12.318, de 26 de agosto de 2010.

<sup>108</sup> Contribución de Women against Violence Europe.

<sup>109</sup> Ravi K. Thiara y Aisha K. Gill, *Domestic Violence, Child Contact and Post-Separation Violence: Issues for South Asian and African-Caribbean Women and Children* (Londres, National Society for the Prevention of Cruelty to Children, 2012).

<sup>110</sup> *Ibid.*

<sup>111</sup> Contribución de Donne in Rete contro la violenza.

<sup>112</sup> Contribución de Pangea Foundation Onlus.

<sup>113</sup> Contribución de SiSi.

<sup>114</sup> Contribución de Dignidade y otros.

<sup>115</sup> Contribución de Suzanne Wunderer.

<sup>116</sup> Contribución de Minato Sogo Law Office.



a las barreras lingüísticas y a la vulnerabilidad de su situación migratoria. En el Reino Unido, la intersección de vulnerabilidades por motivos de raza, discapacidad, situación migratoria y sexualidad agrava las dificultades que enfrentan las mujeres que sufren violencia doméstica en los litigios por la custodia de los hijos<sup>117</sup>. Las madres que se encuentran en una situación estructuralmente desfavorecida tienen más probabilidades de que se les retire la custodia de los hijos o de que se juzguen con dureza sus capacidades parentales<sup>118</sup>. En Nueva Zelanda, los servicios de protección de la infancia intervienen más en los litigios de derecho de familia cuando la madre es maorí que cuando no lo es<sup>119</sup>. Además, los datos de una encuesta revelaron que las mujeres pertenecientes a minorías sufren discriminación y una combinación de sexismo, racismo y capacitismo<sup>120</sup>.

## IX. Adopción generalizada de la alienación parental en los sistemas judiciales

45. El pseudoconcepto de la alienación parental u otros similares se utilizan profusamente en diferentes jurisdicciones. En 2010, el Brasil promulgó la Ley núm. 12.318, que define específicamente la alienación parental (artículo 2) y prevé sanciones para los actos considerados alienación parental (artículo 6), sanciones que van desde la advertencia al progenitor alienador hasta la retirada de la patria potestad, pasando por la ampliación del contacto de los hijos con el progenitor alienado, la imposición de multas al progenitor alienador y el cambio de la custodia al otro progenitor.

46. Otras jurisdicciones utilizan expresiones parecidas a “alienación parental”, como “disputas de alta conflictividad”<sup>121</sup>, “manipulación parental”<sup>122</sup>, “intolerancia al apego”<sup>123</sup> o “problema relacional entre progenitor e hijos”<sup>124</sup>. En los Estados Unidos, el uso de la alienación parental en los tribunales de familia salió reforzado cuando el *Manual diagnóstico y estadístico de los trastornos mentales* introdujo dos nuevos diagnósticos: “menor afectado por la angustia en la relación parental” y “maltrato psicológico infantil”, que los profesionales a favor del síndrome de alienación parental utilizan para invocar alienación<sup>125</sup>. Aunque los términos “alienación parental” o “síndrome de alienación parental” ya no figuran en el *Manual diagnóstico y estadístico*, varios autores del manual aclararon que el diagnóstico de angustia en la relación parental englobaba una serie de comportamientos y situaciones de alienación parental<sup>126</sup>.

47. En Portugal<sup>127</sup> se usa la expresión “divorcio muy conflictivo” como eufemismo de la alienación parental, y en Islandia esta se define ahora en la legislación como “retención del contacto”<sup>128</sup>. En Nueva Zelanda se utilizan diferentes expresiones como “estrategia de negación plausible” para introducir en la práctica el pseudoconcepto de la alienación parental, como “resistencia-rechazo”, “enredo”, “manipulación o corrupción de los hijos”, “control” o “exceso de celo de la madre”<sup>129</sup>. En Italia, la alienación parental ha sido “sustituida por nuevas expresiones que reiteran el mismo pseudoconcepto”<sup>130</sup>, a pesar de que el Tribunal Supremo

<sup>117</sup> Contribución de Women’s Aid Federation of England.

<sup>118</sup> Contribuciones de AVA (Against Violence and Abuse) y el Women’s Resource Centre.

<sup>119</sup> Contribución de la Auckland Coalition for the Safe of Women and Children.

<sup>120</sup> Contribución del Backbone Collective.

<sup>121</sup> Contribuciones de Dignidade y otros y de SiSi.

<sup>122</sup> Contribución del Gobierno de Portugal.

<sup>123</sup> Contribución del Instituto Alemán para los Derechos Humanos.

<sup>124</sup> American Psychiatric Association, *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (4ª ed.); véase también Morgan Shaw y Robert Geffner, “Alienation and reunification issues in family courts: Theory, research, and programs in child custody cases”, *Journal of Family Trauma, Child Custody and Child Development*, vol. 19, núm. 3-4 (2012), págs. 203 a 213.

<sup>125</sup> William Bernet y otros, “Parental alienation, DSM-5, and ICD-11”, *American Journal of Family Therapy*, vol. 38, núm. 2 (2010), págs. 76 a 187.

<sup>126</sup> *Ibid.*

<sup>127</sup> Contribución de Dignidade y otros.

<sup>128</sup> Contribución de Líf án ofbeldis.

<sup>129</sup> Contribución del Backbone Collective.

<sup>130</sup> Contribución de la Fondazione Pangea Onlus.

ha puesto en duda la validez del concepto de la alienación parental y este ha sido repudiado por la Sociedad Italiana de Psicología y el Ministerio de Salud<sup>131</sup>.

48. Hasta la fecha, solo hay un ejemplo en que la utilización de la alienación parental está expresamente prohibida por ley, en España, donde el uso de estos pseudoconceptos teóricos está prohibido por carecer de aval científico<sup>132</sup> y se los califica explícitamente de “pseudociencia”<sup>133</sup>. A pesar de esta prohibición, y en contra de lo aconsejado por la legislación y por el Consejo General del Poder Judicial de España<sup>134</sup>, la alienación parental se ha utilizado para justificar resoluciones judiciales en litigios por la custodia<sup>135</sup>.

49. Se da una situación similar en Colombia, donde, a pesar de que el Consejo Superior de la Judicatura ha aconsejado no utilizar la alienación parental en los casos de violencia de género<sup>136</sup>, la Corte Suprema de Justicia ha generado una línea jurisprudencial a favor de esta teoría, particularmente en casos en que la madre denunciaba abusos sexuales a sus hijos y la Corte dictaminó que esta tenía problemas mentales o su acusación era falsa. La alienación parental también se ha utilizado para establecer que uno de los progenitores, normalmente la madre, está violando el derecho del otro a comunicarse con el hijo, como se ha visto en casos en Grecia<sup>137</sup>, Italia<sup>138</sup> y España<sup>139</sup>.

50. Algunos sistemas imponen al cuidador principal la obligación adicional de facilitar el contacto. Alemania ha incorporado en su legislación la presunción de que el contacto entre ambos progenitores redundaría generalmente en el interés superior de los hijos, pero ha agregado una cláusula de buena conducta, según la cual cada progenitor debe abstenerse de realizar actos que perjudiquen la relación del niño con el otro progenitor y debe también promover una actitud positiva hacia el contacto<sup>140</sup>. Sin embargo, esa presunción perjudica a las víctimas de violencia doméstica, ya que toda falta de tolerancia al apego percibida —derivada de la violencia— puede tener consecuencias para la asignación de la custodia. En Grecia, uno de los progenitores está obligado a facilitar y fomentar la comunicación frecuente de los hijos con el otro progenitor —priorizándose así la comunicación sobre la seguridad—, y las madres pueden ser castigadas con severas multas y penas de prisión por no hacerlo<sup>141</sup>. Al parecer, se han impuesto penas similares en Croacia<sup>142</sup>, Islandia<sup>143</sup>, Irlanda<sup>144</sup> y España<sup>145</sup>. En Inglaterra y Gales se introdujo en la legislación una presunción que obliga a los tribunales a considerar que la comunicación entre ambos progenitores después de la separación redundaría en el interés superior de los hijos<sup>146</sup>. Hay indicios de que los tribunales inferiores están aplicando ese criterio en casos de violencia doméstica, lo que presiona a las madres para que acepten el contacto<sup>147</sup>.

<sup>131</sup> CEDAW/C/ITA/7, párrs. 51 y 52.

<sup>132</sup> Proyecto de ley orgánica de protección integral a la infancia y la adolescencia frente a la violencia.

<sup>133</sup> Contribución de Equality Now y otros. La mayoría de las contribuciones al informe estaban de acuerdo con esta afirmación, pero una pequeña minoría no lo estaba; véanse las contribuciones de: Parental Alienation Study Group, Global Action for Research Integrity in Parental Alienation, Stan Korosi (Dialogue-in-Growth), International Council on Shared Parenting, We are Fathers, We are Parents Forum y Recover our Kids.

<sup>134</sup> Contribuciones de Cristina Fernández, Patricia Fernández y Bárbara San Pedro.

<sup>135</sup> AL ESP 3/2020.

<sup>136</sup> Contribuciones de Diana Rodríguez y el Ministerio de Justicia de Colombia.

<sup>137</sup> Contribución del Diotima Centre.

<sup>138</sup> Ann Lubrano Lavadera y otros, “Parental alienation syndrome in Italian legal judgments: An exploratory study”, *International Journal of Law and Psychiatry*, vol. 35, núm. 4 (2012), págs. 334 a 342.

<sup>139</sup> Glòria C. Vila, “Parental alienation syndrome in Spain: opposed by the Government but accepted in the Courts”, *Journal of Social Welfare and Family Law*, vol. 42, núm. 1 (2019), págs. 45 a 55.

<sup>140</sup> Contribución del Instituto Alemán para los Derechos Humanos.

<sup>141</sup> Contribución del Diotima Centre.

<sup>142</sup> Contribución de Autonomous Women’s House Zagreb.

<sup>143</sup> Contribución de Liff án ofbeldis.

<sup>144</sup> Contribución de SiSi.

<sup>145</sup> Contribución confidencial de España.

<sup>146</sup> Véase la Children Act 1989, art. 1 (2A).

<sup>147</sup> Felicity Kaganas, “Parental involvement: a discretionary presumption”, *Legal Studies*, vol. 38, núm. 4 (2018), págs. 549 a 570.

51. Algunos ordenamientos jurídicos han incorporado la alienación parental en las prácticas de los evaluadores financiados por el Estado. Por ejemplo, en Inglaterra y Gales, el Servicio de Asesoramiento Judicial para Menores y Tribunales de Familia, que proporciona informes independientes sobre el interés superior del niño a los tribunales de familia, utiliza el término “comportamientos alienantes”<sup>148</sup> para describir las “circunstancias en que existe una pauta continua de actitudes, creencias y comportamientos negativos de uno de los progenitores (o cuidador) que pueden —en ocasiones intencionadamente— socavar u obstruir la relación del niño con el otro progenitor. Es una de las muchas razones por las que un niño puede rechazar o resistirse a pasar tiempo con uno de sus progenitores después de la separación”<sup>149</sup>.

52. Otras jurisdicciones han reaccionado con más cautela ante los intentos de incorporar formalmente el pseudoconcepto de la alienación parental en el ordenamiento jurídico, ya sea investigando más sobre la cuestión o aplicando el derecho de los derechos humanos a su adopción. Tras una intensa investigación, el Departamento de Justicia del Canadá llegó a la conclusión de que el uso de etiquetas y términos como síndrome de alienación parental no hacía sino avivar el enfrentamiento entre los progenitores y no solía tener en cuenta las necesidades y deseos de los hijos. El Departamento observó también que todos los actores que participaban en esos casos tendían a explicar todo lo que ocurría en las separaciones muy conflictivas utilizando dichas etiquetas<sup>150</sup>. En 2021, el Gobierno de Irlanda encargó un estudio sobre el tratamiento de la alienación parental en otras jurisdicciones y anunció una consulta pública para determinar si era necesario introducir algún cambio legislativo o normativo<sup>151</sup>.

53. En cuanto a las buenas prácticas para hacer frente a las consecuencias negativas de estos enfoques, Australia ha anunciado que eliminará la presunción de la patria potestad compartida, ya que puede conducir a situaciones injustas y comprometer la seguridad de los hijos. El proyecto de ley propuesto sustituye los criterios anteriores por un modelo en que se evalúan seis factores para determinar el interés superior del niño: la promoción de la seguridad del niño y del cuidador; las opiniones del niño; las necesidades del niño; las ventajas derivadas del mantenimiento de la relación con cada progenitor y con otras personas importantes, cuando sea seguro hacerlo; la capacidad de cada cuidador propuesto para atender las necesidades del niño; y cualquier otro factor pertinente<sup>152</sup>.

54. Además, el Tribunal Supremo de Italia ha dictaminado que el otorgamiento de la custodia exclusiva de un menor no puede basarse únicamente en un diagnóstico de síndrome de alienación parental o síndrome de “madre malintencionada”, y que los tribunales deben verificar el fundamento científico de cualquier consejo que se aparte de la ciencia médica oficial<sup>153</sup>.

## X. Problemas sistémicos

### A. Desigualdad de género en las leyes y ordenamientos jurídicos

55. Algunos ordenamientos jurídicos aún no han erradicado la desigualdad y la discriminación de género en sus leyes y políticas. En el Iraq, por ejemplo, no existe

<sup>148</sup> El primer paso para evaluar la resistencia o el rechazo del niño hacia uno de sus progenitores es analizar si existen factores como los malos tratos en el hogar u otras formas de crianza perjudicial.

<sup>149</sup> Servicio de Asesoramiento Judicial para Menores y Tribunales de Familia, “Alienating behaviours: What are alienating behaviours?”, disponible en <https://www.cafcass.gov.uk/grown-ups/parents-and-carers/divorce-and-separation/what-to-expect-from-cafcass/alienating-behaviours/>.

<sup>150</sup> Gobierno del Canadá, “Managing Contact Difficulties: A Child-Centred Approach”, modificado el 22 de diciembre de 2022, disponible en: [https://www.justice.gc.ca/eng/rp-pr/fl-lf/famil/2003\\_5/p2.html](https://www.justice.gc.ca/eng/rp-pr/fl-lf/famil/2003_5/p2.html).

<sup>151</sup> Gobierno de Irlanda, “Open consultation on parental alienation”, publicado el 27 de mayo de 2022, disponible en [https://www.gov.ie/en/consultation/c7235-open-consultation-on-parental-alienation/?referrer=http://www.justice.ie/en/JELR/Pages/Parental\\_Alienation\\_Consultation](https://www.gov.ie/en/consultation/c7235-open-consultation-on-parental-alienation/?referrer=http://www.justice.ie/en/JELR/Pages/Parental_Alienation_Consultation).

<sup>152</sup> Gobierno de Australia, “Consultation on Exposure Draft – Family Law Amendment Bill 2023”.

<sup>153</sup> Tribunal Supremo de Italia, 24 de marzo de 2022, causa núm. 9691.

protección legal para las personas sometidas a violencia doméstica, a pesar de que desde 2020 se debate un proyecto de ley contra la violencia doméstica. En los litigios por la custodia, si una madre impide que su hijo vea a su padre, el padre puede presentar una denuncia contra la madre y se puede dictar contra ella una orden judicial que no se aplicaría si el que impide el contacto es el padre.

56. En algunas jurisdicciones, como en la Federación de Rusia, el hecho de que no exista una definición jurídica clara de “violencia doméstica” es causa de problemas<sup>154</sup>. El Gobierno ha dejado de preocuparse por la falta de claridad al respecto en el derecho de familia citando cuestiones como la privacidad parental y la libertad de criar a los hijos de acuerdo con las creencias de los progenitores, esta última con el apoyo de la Iglesia Ortodoxa Rusa. En 2017 se despenalizó parcialmente la violencia doméstica, que solo se considera delito si la víctima es hospitalizada.

57. El ordenamiento jurídico pluralista en materia de derecho de familia de algunos Estados puede perjudicar sistemáticamente a las mujeres. Según las leyes religiosas de algunos países, el padre recibe automáticamente la custodia de los hijos, independientemente de las circunstancias<sup>155</sup>. Además, cuando es la mujer quien tiene la custodia, puede perderla por el simple hecho de volver a casarse, comportarse en contra de las normas sociales o iniciar una separación. En esos casos, los tribunales y líderes religiosos tienen la última palabra sobre a quién se debe conceder la custodia. Aunque tal vez tomen declaración a los hijos, no tienen necesariamente en cuenta sus opiniones y a veces pueden incluso contradecirlas. A pesar de las dificultades que plantea la reforma de las disposiciones de derecho de familia basadas, al menos en parte, en dogmas religiosos, se han dado pasos importantes en algunos países, como Egipto, Jordania y el Estado de Palestina, donde la edad mínima para contraer matrimonio se ha elevado a los 18 años y ambos progenitores tienen los mismos derechos de custodia.

## **B. El papel del evaluador en los tribunales de familia**

58. La alienación parental y otros pseudoconceptos parecidos están arraigados en el sistema judicial, lo que incluye a los evaluadores encargados de informar a los tribunales de familia sobre el interés superior del niño (psiquiatras, psicoanalistas y profesionales de la psicología y el trabajo social). El concepto de la alienación parental ha sido reforzado por su integración en la capacitación de esas personas y promovido por redes profesionales y, más recientemente, revistas especializadas. La aplicación de la alienación parental también ha sido fomentada por la falta de capacitación formal de los miembros del sistema judicial sobre la relación entre las acusaciones de alienación parental y la dinámica de la violencia doméstica.

59. Cuando conocen de un litigio entre progenitores, los tribunales de familia suelen recurrir al asesoramiento independiente de especialistas de la infancia para tomar una decisión apropiada. Aunque en última instancia corresponde al tribunal tomar la decisión, la recomendación del evaluador tiene mucho peso y, en la práctica, la mayoría de los tribunales la siguen. Según las contribuciones recibidas, en Finlandia, la mayoría de las alegaciones de alienación parental proceden de los informes de los servicios sociales<sup>156</sup>, mientras que, en Italia, el tribunal generalmente ratifica en su resolución las sugerencias del informe pericial psicológico encargado a especialistas por el tribunal sin realizar una evaluación crítica de dicho informe, lo que a menudo se traduce en una decisión de custodia compartida, existan o no malos tratos<sup>157</sup>.

60. En algunos casos, los promotores de la alienación parental capacitan o presionan a las autoridades e instituciones públicas encargadas de evaluar el interés superior del niño<sup>158</sup>. Por ejemplo, el Comité para la Protección de los Derechos de la Infancia de Polonia organizó un curso de dos días para profesionales, titulado “Reconocer y responder a los niños alienados

<sup>154</sup> Contribución de la Stichting Justice Initiative.

<sup>155</sup> Contribución de Action by Churches Together (ACT Alliance).

<sup>156</sup> Contribución de la Federation of Mother and Child Homes and Shelters.

<sup>157</sup> Contribución de Donna in Rete Contra La Violenza.

<sup>158</sup> Contribuciones de Association PEND Slovenia y Mamy Mówią DOŚĆ.

y sus familias”<sup>159</sup>. En Irlanda, las personas tituladas en psicología y psicoterapia han recibido formación sobre la manera de interactuar con los niños alienados y con su familia. En el Brasil, el Consejo Nacional de Justicia ofrece cursos sobre la alienación parental para los miembros de la judicatura y otras personas a los que a veces se obliga a asistir a mujeres y madres por orden judicial<sup>160</sup>.

61. Algunos evaluadores se anuncian abiertamente como especialistas en alienación parental y son designados para evaluar los casos en que se invoca dicho pseudoconcepto, a pesar de que en muchas jurisdicciones no se lo reconoce formalmente<sup>161</sup>. También se ha expresado preocupación por las pruebas aportadas en juicios por personas que se declaran especialistas sin estar tituladas ni cualificadas, algunas de las cuales parecen “aprovecharse de su posición para lucrarse u obtener réditos políticos”<sup>162</sup>. Por ejemplo, según se ha informado, los tribunales civiles y rabínicos de Israel tienden a nombrar a las mismas personas peritas para desempeñar las funciones de evaluador y terapeuta, a pesar del conflicto de intereses, pues la motivación económica puede llevar a esas personas a diagnosticar una situación de alienación parental con el fin de recomendar una terapia<sup>163</sup>. Esas personas peritas someten tanto a adultos como a niños a evaluaciones psicológicas molestas, inapropiadas y retraumatizantes, y adoptan actitudes sentenciosas y despectivas hacia las víctimas de violencia doméstica<sup>164</sup>. También pueden recomendar soluciones a la alienación que en ocasiones no son compatibles con el bienestar y los derechos del niño, como la asignación de la custodia al otro progenitor<sup>165</sup> y el recurso a “campamentos y terapias de reunificación”<sup>166</sup> en los que se retiene a los niños contra su voluntad y se los presiona para que rechacen la influencia del progenitor con el que tienen mayor apego<sup>167</sup>.

62. La alienación parental es, sin duda, una actividad lucrativa que permite a especialistas prestar sus servicios en los litigios de derecho de familia a cambio de una remuneración. Los programas de capacitación y conferencias, que han proliferado en todo el mundo en los dos últimos decenios, proporcionan otra fuente de ingresos<sup>168</sup>. Esta circunstancia puede explicar en parte que en la literatura especializada se observe una reacción a las críticas de la alienación parental, restando credibilidad a los estudios que demuestran la relación entre la alienación parental y la violencia doméstica<sup>169</sup> y el hecho de que los contextos de violencia doméstica aumentan el riesgo de que se invoque alienación parental<sup>170</sup>. Especialistas del

<sup>159</sup> Véase <https://www.familyseparationclinic.com/about-1/news-and-media/>.

<sup>160</sup> AL BRA 10/2022.

<sup>161</sup> Contribuciones del Monash Gender and Family Violence Prevention Centre y de Differenza Donna.

<sup>162</sup> Contribuciones de la Comisionada para las Víctimas de la Región Metropolitana de Londres, el SHERA Research Group, Protect Children Now y Women’s Aid, Ireland.

<sup>163</sup> Contribución del Rackman Centre for the Advancement of the Status of Women.

<sup>164</sup> Contribuciones de Women’s Aid Federation England; Differenza Donna; NRPF Network; Líf án ofbeldis; Women’s Resource Centre; Protect Children Now y Minato Sogo Law Office.

<sup>165</sup> Stephanie Dallam y Joyanna Silberg, “Recommended treatments for ‘parental alienation syndrome’ may cause children foreseeable and lasting psychological harm”, *Journal of Child Custody*, vol. 13, núm. 2-3 (2016), págs. 134 a 143.

<sup>166</sup> Suzanne Chester, “Reunification, alienation, or re-traumatization? Let’s start listening to the child”, *Journal of Family Trauma, Child Custody & Child Development*, vol. 19, núm. 3-4 (2022), págs. 359 a 382.

<sup>167</sup> Jean Mercer, “Are intensive parental alienation treatments effective and safe for children and adolescents?”, *Journal of Child Custody: Research, Issues and Practices*, vol. 16, núm. 1 (2019), págs. 67 a 113; S. Dallam y J. L. Silberg, “Recommended treatments for ‘parental alienation syndrome’”.

<sup>168</sup> Como ejemplos de cursos en línea remunerados, véase, entre otros: <https://parentalalienation.eu/training-for-professionals/>; <https://paawareness.co.uk/parental-alienation-online-training-courses/>; y <https://datalawonline.co.uk/cpd-courses/children-law-courses/parental-alienation-and-hostility-case>.

<sup>169</sup> Véase Jennifer Harman y Demosthenes Lorandos, “Allegations of family violence in court: How parental alienation affects judicial outcomes”, *Psychology, Public Policy and Law*, vol. 27, núm. 2 (2021), págs. 187 a 208, y la respuesta: Joan S. Meier y otros, “The trouble with Harman and Lorandos’ parental alienation allegations in family court study”, *Journal of Family Trauma, Child Custody & Child Development*, vol. 19, núm. 3-4 (2022), págs. 295 a 317.

<sup>170</sup> Simon Lapierre y otros, “The legitimization and institutionalization of ‘parental alienation’ in the Province of Quebec”, *Journal of Social Welfare and Family law*, vol. 42, núm. 1 (2020), págs. 30 a 44.

mundo universitario han señalado con preocupación que determinadas revistas especializadas del campo de la psicología están publicando artículos que promueven el concepto de los “comportamientos alienantes” sin llevar a cabo una revisión por pares con el rigor científico habitual o sin conceder el derecho de respuesta a los autores cuyos estudios son objeto de las críticas mencionadas<sup>171</sup>.

63. En este contexto, el Consejo de Justicia de Familia de Inglaterra y Gales publicó, conjuntamente con la Sociedad Británica de Psicología, una guía sobre la realización de informes periciales para los tribunales de familia en la que se establecía que la práctica de todas las personas que los redactaban debía estar regulada por dos organismos profesionales específicos<sup>172</sup>. Además, el Presidente de la División de Tribunales de Familia publicó un memorando<sup>173</sup> en el que recordaba al personal de la judicatura que solo se debía recurrir a la opinión de personas peritas para ayudar al tribunal a resolver los litigios cuando fuera necesario. El Consejo también creó el grupo de trabajo sobre la respuesta a las alegaciones de comportamientos alienantes, que en 2022 publicó una guía provisional sobre el recurso a personas peritas en esas situaciones y los posibles conflictos de intereses. En dicha guía se advierte a los tribunales que deben ser prudentes al estudiar los paquetes de evaluación y tratamiento ofrecidos por el mismo proveedor o por proveedores vinculados. Sin embargo, la Presidencia del Tribunal de Familia no llegó a prohibir el recurso a personas peritas cuya práctica no estuviera regulada por organismos profesionales específicos, y afirmó que, en cambio, se debía examinar en cada caso la justificación del recurso a psicólogos no regulados<sup>174</sup>.

### C. Conducta de la judicatura y de los profesionales del derecho

64. Distintas víctimas de violencia han declarado sentirse menospreciadas por la judicatura y el personal de la justicia, y revictimizadas por profesionales que no comprenden el impacto y la dinámica de la violencia doméstica<sup>175</sup>. Un estudio saca a la luz la frustración de esas mujeres por la simpatía que expresan los jueces hacia los padres violentos y por presenciar la manipulación de profesionales que llevan a cabo los autores de malos tratos, que ante ellos se comportan de forma encantadora y ofrecen su mejor cara<sup>176</sup>. Hay víctimas de violencia doméstica que también han percibido que los tribunales y profesionales de la justicia tratan de forma diferente al padre y a la madre: ella debe mostrarse tranquila y complaciente, mientras que él tiene derecho a comportarse de manera agresiva en la audiencia<sup>177</sup>.

65. En algunos casos, los representantes legales de la mujer le aconsejan que no acuse al hombre de violencia doméstica, ya que ello iría en su contra<sup>178</sup>. Distintos estudios y contribuciones, de Alemania y el Reino Unido<sup>179</sup>, entre otros países, demuestran que las mujeres se ven sometidas a una presión considerable de los tribunales y de sus abogados para que acepten un régimen de visitas o asistan a una mediación, en algunos casos sin que se

<sup>171</sup> Consultas realizadas por la Relatora Especial.

<sup>172</sup> Family Justice Council y British Psychological Society, “Psychologists as expert witnesses in the family courts in England and Wales: Standards, competencies and expectations”, publicado nuevamente en mayo de 2022.

<sup>173</sup> Reino Unido, Poder Judicial, “President of the Family Division’s memorandum: Experts in the Family Court”, publicado el 11 de octubre de 2021.

<sup>174</sup> Tribunal Superior de Inglaterra y Gales, Re C (“Parental Alienation”; Instruction of Expert) [2023] EWHC 345 (Fam).

<sup>175</sup> Véase J. Birchall y S. Choudhry, *What About My Right Not to Be Abused*; véanse también las contribuciones del Rackman Centre for the Advancement of the Status of Women y la Australia’s National Research Organization for Women’s Safety.

<sup>176</sup> M. Coy y otros (2015), “It’s like going through the abuse again’: domestic violence and women and children’s (un)safety in private law contact proceedings”, *Journal of Social Welfare and Family Law*, vol. 37, núm. 1, págs. 53 a 69.

<sup>177</sup> Véase J. Birchall y S. Choudhry, *What About My Right Not to Be Abused*.

<sup>178</sup> *Ibid.*, pág. 24. Véase también la contribución del Monash Gender and Family Violence Centre.

<sup>179</sup> Contribuciones de University College London Institute for Risk and Disaster Reduction Policy Brief Group 1; Dignidade y otros; Women at the Centre; y German Institute of Human Rights.

evalúe el impacto en el bienestar de los hijos ni se obtenga su opinión<sup>180</sup>. En Hungría, las mujeres que no cooperan en las sesiones de mediación deben pagar una tasa<sup>181</sup>.

66. En 2020, el Tribunal Supremo de Israel emitió un protocolo temporal que agilizaba los procedimientos de trabajo de los tribunales destinados a garantizar la relación entre los progenitores y los hijos, también en los casos en que la seguridad de estos pudiera estar en peligro. En la práctica, sin embargo, el protocolo se utiliza casi siempre en los casos en que se invoca alienación parental<sup>182</sup>.

67. Existe una clara necesidad de formación y conocimientos especializados para los miembros de la judicatura y los profesionales del derecho<sup>183</sup>, como se pone de manifiesto en distintas contribuciones de Alemania<sup>184</sup>, Irlanda<sup>185</sup> e Italia<sup>186</sup>. En Australia, desde que en 2021 se fusionó el tribunal de familia con un tribunal federal generalista, formando el Tribunal Federal de Circuito, ya no existe un tribunal especializado en derecho de familia, y los asuntos son tratados por miembros de la judicatura que no tienen por qué tener conocimientos especializados sobre la violencia en el hogar<sup>187</sup>.

68. En lo que se refiere a las buenas prácticas, el Consejo de Europa ha preparado varios cursos gratuitos para los profesionales del derecho que intervienen en casos de derecho de familia y violencia doméstica. Los cursos, que se ofrecen en varios idiomas, versan sobre, entre otros temas, la justicia adaptada a la infancia, los derechos humanos y el derecho de familia<sup>188</sup>.

69. El Gobierno de Alemania obliga a los miembros de los tribunales de familia y los tutores *ad litem* de menores a tener conocimientos especializados sobre los efectos de la violencia en los niños y sobre el pseudoconcepto de la alienación parental<sup>189</sup>. En Inglaterra y Gales, la Comisionada para el Maltrato en el Hogar está iniciando un proyecto piloto de supervisión de los tribunales de familia para vigilar e informar periódicamente sobre la actuación de dichos tribunales en los litigios de derecho privado sobre la custodia de los hijos<sup>190</sup>.

#### **D. Falta de asistencia jurídica gratuita y costos de los litigios de derecho de familia**

70. La participación en los litigios sobre la custodia y los derechos de visita es costosa, y la falta de representación jurídica es una desventaja estructural, especialmente para las víctimas de violencia doméstica. Las mujeres desfavorecidas socioeconómicamente tienen un acceso limitado o nulo a la justicia y a la asistencia letrada<sup>191</sup>. Adentrarse en el sistema de derecho de familia puede resultar especialmente difícil, sobre todo cuando algunas partes del sistema no están armonizadas o funcionan de forma contradictoria<sup>192</sup>. En varios países, los departamentos de un mismo sistema han adoptado enfoques diferentes y no siempre comparten la información, lo que ha dado lugar a decisiones contradictorias<sup>193</sup>.

<sup>180</sup> L. Harné, *Violent Fathering and the Risks to Children*.

<sup>181</sup> Contribución de la NANE Women's Rights Association.

<sup>182</sup> Contribución del Rackman Centre for the Advancement of the Status of Women y la Facultad de Derecho de la Universidad Bar Ilan.

<sup>183</sup> Contribución del National Collective of Independent Women's Refuges.

<sup>184</sup> Contribución del Instituto Alemán para los Derechos Humanos.

<sup>185</sup> Contribución de Protect Children Now.

<sup>186</sup> Contribuciones de Donne in Rete contro la violenza y Pangea Foundation Onlus.

<sup>187</sup> Contribución del Monash Gender and Family Violence Centre.

<sup>188</sup> Cursos HELP del Consejo de Europa, disponibles en <https://help.elearning.ext.coe.int/>.

<sup>189</sup> Contribución del Gobierno de Alemania.

<sup>190</sup> Contribución de la Comisionada para el Maltrato en el Hogar de Inglaterra y Gales.

<sup>191</sup> Contribución de Women against Violence Europe.

<sup>192</sup> Marianne Hester, "The three planet model: Towards an understanding of contradictions in approaches to women and children's safety in contexts of domestic violence", *British Journal of Social Work*, vol. 41, núm. 5 (2011), págs. 837 a 853. Véase también la contribución del Monash Gender and Family Violence Centre.

<sup>193</sup> Contribución de Women against Violence Europe.

71. El acceso limitado a la asistencia jurídica gratuita puede conducir a una traumatización secundaria de las víctimas. En Inglaterra y Gales, la legislación ha suprimido la asistencia jurídica gratuita para la mayoría de los asuntos privados de derecho de familia<sup>194</sup>. Los reglamentos de aplicación han establecido criterios según los cuales las personas sobrevivientes de la violencia doméstica pueden recibir dicha asistencia si aportan las pruebas necesarias<sup>195</sup>. Sin embargo, un estudio ha revelado que a cerca del 40 % de las mujeres se les ha denegado el acceso al asesoramiento jurídico y la representación legal en los litigios de derecho de familia<sup>196</sup>.

72. La imposibilidad de permitirse una representación legal también puede llevar a las víctimas a llegar a un acuerdo con la otra parte o a entrar en una mediación. En Nueva Zelanda, las mujeres están en desventaja en los litigios ante los tribunales de familia<sup>197</sup>. No obstante, se han documentado intentos de subsanar estas deficiencias. En Escocia, la asociación Edinburgh Women's Aid ha emprendido un proyecto piloto de un año de duración para proporcionar asesoramiento jurídico gratuito y apoyo en materia civil a las sobrevivientes de violencia doméstica.

## XI. Conclusiones y recomendaciones

73. Este informe demuestra que el desacreditado y poco científico pseudoconcepto de la alienación parental es utilizado en los litigios de derecho de familia por maltratadores como herramienta para continuar con sus abusos y coacciones y para socavar y desacreditar las denuncias de violencia doméstica presentadas por madres que intentan mantener a salvo a sus hijos. También muestra cómo se viola la norma del interés superior del niño al imponer el contacto entre este y uno o ambos progenitores y al priorizarlo, incluso cuando existen pruebas de violencia doméstica. Predominantemente como consecuencia del sesgo de género y de la falta de formación de la judicatura y de acceso de las víctimas a la asistencia jurídica, en ocasiones se otorga la custodia de los hijos a maltratadores a pesar de que existen pruebas de sus abusos físicos en el hogar o sexuales. Las mujeres de grupos marginados de la sociedad corren un mayor riesgo de sufrir tales consecuencias. En el informe se examinan en detalle los problemas sistémicos que crean obstáculos adicionales a la justicia. El personal de la judicatura y los evaluadores deben dejar de intentar buscar unas conductas que no han recibido el apoyo unánime de la disciplina de la psicología y centrarse en los hechos y contextos concretos de cada caso.

74. Sobre la base de estas conclusiones, la Relatora Especial recomienda que:

- a) Los Estados legislen para prohibir la invocación de la alienación parental o pseudoconceptos parecidos en los litigios de derecho de familia y el uso de los llamados expertos en alienación parental y pseudoconceptos parecidos;
- b) Los Estados cumplan con sus responsabilidades y obligaciones positivas de derecho internacional de los derechos humanos estableciendo mecanismos de seguimiento para supervisar la eficacia de los sistemas de justicia de familia para las víctimas de maltrato en el hogar;
- c) Los Estados garanticen la formación obligatoria de la judicatura y de otros profesionales del sistema judicial sobre el sesgo de género, la dinámica de la violencia doméstica y la relación entre las denuncias de maltrato en el hogar y la alienación parental y otros pseudoconceptos parecidos;
- d) Los Estados emitan y apliquen orientaciones específicas a la judicatura acerca de la necesidad de examinar cada caso sobre la base de los hechos y de juzgar

<sup>194</sup> Legal Aid Sentencing and Punishment of Offenders Act, 2012.

<sup>195</sup> Civil Legal Aid (Procedure) Regulations, 2014.

<sup>196</sup> Rights of Women, "Evidencing domestic violence: nearly 3 years on", Working Paper (2014), disponible en <https://rightsofwomen.org.uk/wp-content/uploads/2014/09/Evidencing-domestic-violence-V.pdf>.

<sup>197</sup> Contribuciones del National Collective of Independent Women's Refuges y SiSi.



con imparcialidad, según el conjunto de pruebas de que dispongan, cuál es la solución que mejor favorece el bienestar del niño;

e) Los Estados instituyan sistemas financiados con fondos públicos para proporcionar información especializada a los tribunales sobre el interés superior del niño, y que las personas peritas encargadas de dicha labor reciban formación periódica sobre la dinámica de la violencia doméstica y sus efectos en las víctimas, incluidos los niños;

f) Los Estados preparen y mantengan una lista de personas peritas aprobadas para el sistema de derecho de familia e introduzcan un mecanismo formal de denuncia y un código deontológico aplicable que aborde los conflictos de intereses y el reconocimiento de las cualificaciones necesarias para ejercer en este ámbito;

g) No se realicen evaluaciones en los litigios de derecho de familia sin tener en cuenta el derecho penal pertinente o las actuaciones de protección de la infancia;

h) Todas las acusaciones o pruebas de malos tratos en el hogar o abusos sexuales proporcionadas por víctimas tanto adultas como menores se mencionen claramente en las evaluaciones y, si se recomienda otorgar a la persona acusada el derecho de visita o la custodia, se proporcione una explicación completa del porqué de esa decisión;

i) Los Estados orienten a la judicatura sobre cuándo se debe recurrir a personas peritas ajenas a los sistemas financiados con fondos públicos en los litigios de derecho de familia y se aseguren de que las personas empleadas con ese fin estén cualificadas y su práctica profesional esté regulada;

j) Se imparta formación obligatoria a todos los profesionales relacionados con el sistema de justicia de familia sobre la relación entre las acusaciones de alienación parental y la violencia doméstica y los abusos sexuales; también debe impartirse formación de ese tipo para combatir los estereotipos de género y asegurar que se comprenden las normas jurídicas sobre la violencia contra las mujeres y los niños a este respecto;

k) Se revise el Convenio de La Haya sobre los Aspectos Civiles de la Sustracción Internacional de Menores para proteger mejor a las mujeres maltratadas y a sus hijos permitiendo una mayor defensa contra la restitución si existe violencia familiar y doméstica, aclarando que ordenar la restitución de un menor puede obligar a una sobreviviente de malos tratos a volver a sufrir violencia y daños, y disponiendo que los tribunales competentes en virtud del Convenio deben tener en cuenta la violencia familiar y doméstica al interpretar y aplicar sus disposiciones;

l) Se prohíba el envío de los hijos a “campamentos de reunificación” como medida incluida en las sentencias de derecho de familia;

m) Los Estados velen por que se asigne a los hijos representantes legales por separado en todos los litigios de derecho de familia controvertidos;

n) Los Estados velen por que se establezcan investigaciones independientes sobre el uso del pseudoconcepto de la alienación parental y otras versiones parecidas, cuando proceda;

o) Los Estados velen por que las opiniones del niño estén representadas de manera suficiente e independiente en los litigios de derecho de familia y, cuando sea posible, los niños puedan participar en dichos litigios, de acuerdo con su edad, madurez y capacidad de comprensión, y se utilicen todas las salvaguardias y se cumplan todas las obligaciones contenidas en la Convención sobre los Derechos del Niño<sup>198</sup>;

p) Todos los organismos y elementos del sistema judicial, los servicios conexos y el sector de los malos tratos en el hogar trabajen juntos y no en

<sup>198</sup> Véase D. Martinson y R. Raven (2021), “Implementing Children’s Participation Rights in All Family Court Proceedings”, *Family Violence and Family Law Brief*, núm. 9, Vancouver (Canadá), FREDA Centre for Research on Violence against Women and Children.

compartimentos estancos, y se garantice una coordinación adecuada entre los sistemas penal, de protección de la infancia y de derecho de familia, ya sea mediante mecanismos obligatorios de cooperación institucional o utilizando estructuras judiciales integradas;

q) Se amplíe la disponibilidad de asistencia jurídica gratuita en los procedimientos de derecho de familia para todas las partes, a fin de garantizar la igualdad de medios procesales;

r) Se reúnan datos desglosados sobre la prevalencia del maltrato en el hogar en los litigios de derecho de familia y sobre las características de quien acusa y quien es acusado en dichos casos, en particular el género, la raza, el sexo, la religión, la discapacidad y la orientación sexual;

s) Los Estados introduzcan mecanismos de seguimiento para evaluar el impacto concreto de las políticas y procedimientos relativos a la justicia familiar en los grupos marginados de mujeres.

---